



Anais da Assembléia

Nº 101

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 95ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1983.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Odeni Mongruel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quilse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lucio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento no dia 08 de setembro, aos 79 anos de idade, em Curitiba, do senhor Francisco Bage. Deixa viúva a senhora Josefa Bage e seis filhos, Alzira, Romeu, Geraldo, Reinaldo, Ismael e Bernadete. O extinto era pessoa muito estimada em Curitiba, particularmente nos bairros de Campo Comprido e Barigui do Seminário. Requeiro, ainda, seja cientificada da decisão desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Airton cordeiro.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da Assembléia, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor FRANS PAVEU JÚNIOR, estudante de medicina, ocorrido no último dia 17 do corrente, em trágico acidente automobilístico.

REQUER, outrossim, seja dada ciência dessa decisão aos seus parentes e familiares, residente na rua Paulo Graeser Sobrinho, 279 no Bairro Mercês, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Ivan Gubert.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, REQUER, regimentalmente que, após ouvido o competente Plenário, seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do pioneiro MANOEL SARAIVA DOS SANTOS, ocorrido no dia 17 p.p., na cidade de Campina da Lagoa-Pr.

REQUER, outrossim, que após a decisão, seja dado conhecimento aos familiares do extinto, nos seguinte endereço: Mariano Saraiva dos Santos, Avenida XV de Novembro, s/nº - Campina da Lagoa-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor OTÁVIO CIVIDINI, ocorrido no dia 17 do mês em curso, em Marumbi.

O extinto era membro de numerosa família e desfrutava de grande prestígio na sociedade daquele município, motivo por que seu passamento causará lacuna irreparável.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento do plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor ESTEVAM BENEDETTI, ocorrido em 17 do corrente em Marumbi, onde o extinto desenvolveu atividades ligadas à agricultura; participou da sociedade marumbiense, esportista por excelência, seu desaparecimento deixa uma grande lacuna e uma numerosa família integrada à sociedade marumbiense.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento do Plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado votos de congratulações à REDE GLOBO DE TELEVISÃO, pela brilhante campanha "NORDESTINOS". Onde sem medir esforços foram conseguidos mantimentos e bens para os flagelados do Nordeste.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Jorge Maia Filho.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, para

que se faça constar na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações aos estudantes, pela realização do XXVII Congresso, acontecido nos dias 16, 17 e 18 do corrente no Município de Maringá, com conseqüente encaminhamento ao presidente da União Paranaense dos Estudantes - UPE.

Seguramente podemos afirmar que o encontro, a nível estadual do estudantado universitário serviu para que houvesse um verdadeiro fórum de debates onde as lideranças tiveram condições de discutir importantes temas, não se limitando como é a sua tradição, apenas aos grandes problemas educacionais, e sim à questão internacional; à questão nacional; à questão da reestruturação do Ensino Superior e as lutas do próprio estatuto e demais disposições daquela entidade.

A universidade brasileira vive atualmente a maior crise de sua existência, tornando-se cada vez mais um privilégio das elites dominantes e em face dos drásticos cortes de verbas, característica da atual política vigente. São diversos exemplos que demonstram a grandiosa disposição da UPE bem como de outras agremiações estudantis, em defesa da democratização de todo o Ensino, tornando-o público, gratuito, porque sabem os estudantes universitários, que uma Educação qualitativa permitirá formação de indivíduos de uma maior consciência crítica e elaboradora de uma nova cidadania.

Inegavelmente que a reunião dos universitários além de ser um importante e histórico momento, reflete a real necessidade de toda a sociedade brasileira organizar-se através de seus segmentos, colocando-se como objetivo maior a transformação política, social e econômica deste País.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações ao Diretor-Presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, pelo "Prêmio Emmy" de diretor de empresa que receberá do Conselho Internacional da Academia de Artes e Ciências de Televisão dos Estados Unidos.

Considerado o Oscar da Televisão, o prêmio será entregue a Roberto Marinho em 21 de novembro próximo, numa festa a ser transmitida para todo o mundo. Marinho foi eleito por unanimidade pelos membros do Conselho da Academia "por sua extraordinária contribuição às artes de ciência da televisão internacional. Ele concorreu com os presidentes da ABC e CBS americanas e com o diretor da rede mexicana de televisão. "ROBERTO MARINHO, por seu espírito inovador e empreendedor, muito tem feito e contribuído para a expansão da comunicação em nosso País, mais particularmente para o desenvolvimento da televisão".

REQUER, outrossim, após decisão do presente, dê-se Ciência ao senhor Roberto Marinho, Diretor-Presidente da Rede Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado no Anais desta Casa, um voto de congratulações ao canal 4, pela instalação de repetidora na cidade de Cascavel, visando atingir a toda progressiva região Oeste do Paraná.

Requer-se, outrossim, que da decisão do Plenário, se dê conhecimento aos Diretores daquela Emissora de Televisão, nas pessoas dos senhores Luiz Mussi e José Arrabal.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

Apoiamento: Tércio Albuquerque e Edgar Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

O canal 4 tem sido um instrumento de divulgação, informação, cultura e lazer em favor da gente paranaense. Capitaneado pelo grande empresário Paulo Pimentel, político a quem o Paraná tanto deve, o Canal 4 tem uma tradição de luta em favor da democracia no Paraná.

Tanto no passado como no presente, o Canal 4 constitui-se numa trincheira de luta contra o arbítrio e em favor dos mais altos interesses do Paraná, tendo sempre dado uma excelente cobertura aos trabalhos legislativos desta Assembléia.

Assim sendo, é justo este registro, na certeza de que o Canal 4 irá ser a alavanca a mais no progresso econômico, político e social da região oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja atribuído à Direção da Rede Globo de Televisão, voto de aplauso pela campanha deflagrada no dia de ontem, 18 de setembro/83, "NORDESTINO, O BRASIL EM BUSCA DE SOLUÇÕES", extensivo à TV Paranaense - Canal 12, na pessoa do senhor Francisco Cunha Pereira Filho, Superintendente Geral, e demais membros diretores daquele órgão, que com toda propriedade demonstraram uma vez mais o potencial de que é constituído esse meio de comunicação, levando de forma expressiva o povo brasileiro à consciência humana e às suas responsabilidades sociais para com o irmão nordestino.

Dessa decisão, REQUER o envio de expediente aos promotores da mencionada campanha.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Odeni Mongruel.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeremos, na forma regimental, o adiamento da discussão e votação por 01 (uma) sessão, do projeto de Lei nº 97/83, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) Nilso Sguarez e Luiz Alberto OLiveira.

Líder do PMDB Líder do PDS

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão e ao Excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Vereadores, dando um voto de SOLIDARIEDADE ao mesmos, pelos acontecimentos lamentáveis ocorridos no sábado, dado a forte vendaval e precipitação de granizo em toda a Região.

Senhor presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Vereadores, de Campo Mourão, enviando aos mesmos VOTO DE SOLIDARIEDADE, dado os últimos e lamentáveis acontecimentos ocorridos pelo vendaval e precipitação de granizo que atingiu toda a região.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Amélia Hruschka.

JUSTIFICATIVA:

No último sábado, a população de Campo Mourão e toda

a região foi assolada por um vendaval e fortes chuvas de granizo, deixando um saldo de 10.000 residências destelhadas, mais de 200 famílias desabrigadas e inúmeros problemas para resolver dado que a situação do município já era difícil.

Com o presente requerimento queremos dizer nossa solidariedade com toda a população e que medidas já tomamos para amenizar o sofrimento de nossos irmãos mouraenses.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, APÓS OUVIDO O PLENÁRIO, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor doutor DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado de Transportes, solicitando a agilização nas obras da rodovia PR-281, no trecho compreendido entre os Municípios de Antonio Olinto e Rio Negro, neste Estado.

É o que REQUER.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Gernote Kirinus.

JUSTIFICATIVA:

O traçado da PR-281, elaborado nos governos anteriores, visava atender a região produtora do vale do alto Rio Iguaçu. Só que as obras foram abandonadas na altura do Município de Antonio Olinto deixando milhares de agricultores, pequenos e médios produtores, localizados entre aquela cidade e a de Rio Negro, em péssimas condições para escoamento de sua produção.

Tendo em vista as últimas enchentes e os conseqüentes estragos, a população anseia que a construção da referida rodovia seja reiniciada, pensando no escoamento da produção de suas propriedades. O trecho, objeto de nossa solicitação, perfaz a distância de aproximadamente 45 Km. Mesmo não existindo, de imediato, condições financeiras para a efetivação do revestimento asfáltico, já será considerado grande benefício para a região se for procedido um revestimento primário compactado.

Se funda também a importância da obra no fato dos produtores rurais escoarem suas colheitas para o vizinho Estado de Santa Catarina, exatamente pelo fato de não encontrarem aqui boas condições de trafegabilidade na estrada existente. Onerando com isto nosso Estado com preciosas divisas, que no atual momento não podem ser dispensadas.

Acreditamos no empenho das autoridades da área dos transportes no sentido de atender a este reclamo da população rural do vale do Rio Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao senhor Dr. HÉLIO BELTRÃO mui digno Ministro da Previdência, para que seja reajustado os vencimentos dos representantes rurais do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Jorge Maia Filho.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao senhor LUIZ ANTONIO VELOZO DE SOUZA, DD. Diretor Geral do B.N.H. no Paraná, para que este tome as medidas que se fizerem necessárias, quanto à liberação de construção das casas populares do Município de Astorga-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Jorge Maia Filho.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao senhor THEOBALDO VITÓRIO MACHADO, para que sejam tomadas as devidas providências quanto à liberação das casas populares do Município de Astorga-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) Jorge Maia Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer o envio de expediente aos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, e à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, solicitando a urgente revogação do Decreto-Lei n.º 210/67, que estabeleceu o monopólio estatal do trigo e criou as normas de distribuição de cotas deste cereal, beneficiando algumas indústrias onde predomina o capital multinacional, em detrimento de milhares de moinhos coloniais.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA: Feita em Plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado das Finanças, solicitando a isenção do ICM sobre o gado comercializado nas Exposições Feiras e que permanece em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Atendendo a pedido de produtores e de entidades ligadas ao setor da pecuária, principalmente da região Norte e Noroeste do Estado, estamos encaminhando o presente requerimento para a apreciação dos ilustres membros desta Casa.

Na verdade, Senhores Deputados, a pecuária paranaense tem se desenvolvido intensamente nos últimos tempos, causando com isto grandes benefícios para nossa terra, graças a essas exposições feiras que são realizadas regularmente e com sucesso em diversos pontos do Estado e cuja repercussão tem sido de caráter nacional, como é o caso das exposições de Londrina, Maringá, Paranaíba e Loanda.

Tal medida, ou seja, a isenção do ICM sobre o gado comercializado nas exposições e que permanece no Estado, viria em momento oportuno dar um grande incentivo às entidades promotoras desses eventos e, principalmente, seria uma injeção de ânimo nos produtores pecuaristas que tanto têm contribuído para o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

Por se tratar de assunto de grande interesse para a nossa economia, tenho certeza de que o presente requerimento terá a melhor acolhida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se destinar um Gabinete Dentário para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Peabiru. Tal reivindicação visa atender a iniciativa do Vereador Abel de Oliveira, apresentada e aprovada por unanimidade em sessão ordinária do Legislativo daquele Município. Inegavelmente, se atendida, irá beneficiar boa parte dos Municípios, através daquela organização sindical.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que seja realizado estudos objetivando equacionar grande problema de endividamento dos Municípios Paranaenses, para com o Instituto da Administração Financeira da Previdência Social, bem como junto à Secretaria de Arrecadação e Fiscalização daquele mesmo Ministério.

De iniciativa do Prefeito Municipal de Goioerê, assim como do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquele Município, através de correspondência recebida, na qual sugerem providências a serem tomadas com urgência.

Sendo a anistia, segundo o Chefe do Executivo e o Legislativo a medida mais apropriada para todas as municipalidades devedoras.

Sem dúvida alguma, que hoje as Administrações enfrentam situações de insolvência que existem em consequência da grave crise econômica da Nação, sendo no entanto, maior ainda em face do centralismo da arrecadação tributária por parte do Governo Federal, sobrando insuficientes e irrealizáveis recursos para os Municípios.

A dívida que tem Goioerê para com o Ministério, somam-se a diversas outras obrigações, sendo também esta realidade encontrada em outros Municípios.

Neste sentido, pelas razões expostas, torna-se imprescindível a eliminação deste problema o que, por certo, virá a amenizar em parte, a hoje, insustentável situação Administrativa das Prefeituras de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se realizar o atendimento das reivindicações para a Delegacia de Polícia, localizada no Município de Terra Boa:

1.º — Construção de um Módulo Policial com uma viatura;

2.º — Uma viatura nova para a sede daquele Organismo;

3.º — Maior quantidade de combustível, armamento e alimentação para os reclusos;

4.º — Um rádio amador;

5.º — Construção de um muro para cercar a Delegacia.

A segurança daquela coletividade por certo que terá maiores garantias, se as reivindicações anteriormente expostas, foram atendidas, vindo a suprir as deficiências atualmente existentes.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, encarecendo a necessidade de instalação de uma Delegacia de Polícia, na cidade de Maringá.

A presente solicitação, prende-se ao fato de que existe em Maringá grande número de estrangeiros, espalhados pela vasta área territorial de seu município e municípios circunvizinhos.

A instalação de uma delegacia "in loco", viria a facilitar as relações entre repartição e interessado, evitando

principalmente que este se locomova até Londrina, numa distância considerável, em demanda da regularização de sua situação jurídica.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes nova política de definição empregatícia do magistério efetivo da Rede Estadual de Ensino, exterminando-se o atual sistema de lotação individual em até dois padrões de ensino inteiramente distintos entre si, e facultando-lhes, em contrapartida, o direito de opção por indivisíveis jornadas semanais de trabalho de 20,30 ou 40 horas.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Ser detentor de dois padrões de ensino no Quadro Próprio do Pessoal do Magistério passou a ser a identificação com situações extremamente embaraçosas para grande parte do pessoal docente. A propósito, conseguir a fixação de dois padrões no mesmo estabelecimento de ensino, passou a ser façanha quase impossível de ser consumada. Nos concursos públicos de remoção, sempre foi muito freqüente a frustração de professores que conseguiram remover de uma cidade para outra o padrão que somava mais pontos, segundo as tabelas oficiais de avaliação, sem no entanto conseguir levar para a mesma cidade o padrão remanescente. Além disso, outro fator que clama por nova reformulação funcional do pessoal docente é a anômala figura do professor aposentado por um padrão e não pelo outro. Basta de duplicidade de encargos, quando o sujeito deles é apenas um.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, pedindo-lhe a revogação de fato, do Decreto de n.º 781 de 12.05.83, mesmo porque o presente momento, outros mecanismos mais salutares poderiam tranquilamente fazer as vezes do que é hoje o dogmático e intransigente Decreto, que vem acarretando uma série imensa de entraves em vários setores da Administração Pública Estadual. No Município de Bom Sucesso, apenas para ilustrar, mais de uma centena de estudantes de 1.º Grau estão sem aulas de Matemática e Ciências há mais de 40 (quarenta) dias, porque a professora que as ministrava achou-se no direito de casar-se... fixar residência em outro Estado... e como inexiste no município e em toda a região vizinha, professores efetivos para suprir a vaga, e o tal de Decreto n.º 781 proíbe também a contratação de professor pela CLT, a clientela estudantil simplesmente está sendo desassistida, enquanto a população da comuna permanece em estado de justa indignação contra a situação em pauta.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, solicitando-lhes, providências no sentido de ser instalado um IPM—Inquérito Policial Militar, para apurar e punir se for o caso, os responsáveis pela extrema e exarcebada violência a que foi sub-

metido o menor CARLOS ROBERTO DA SILVA, por quatro policiais militares, lotados no Módulo da Vila Guaíra, conforme noticiário do "JORNAL DO ESTADO", de 16 de setembro do ano em curso; inclusive com escoriações por todo o corpo e com a perna esquerda quebrada, resultante dos espancamentos a que fora submetido por policiais militares sem nenhuma condição e servir e enobrecer esta tão distinta Polícia Militar e que com atitudes como estas só têm a denegrir o alto conceito por que passa em nossos lares a Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que o presente Governo do Estado do Paraná, foi eleito por ampla e esmagadora maioria de votos, com o slogan que "é preciso mudar", então é chegada a hora de nos colocarmos à frente desta mudança, para que episódios como estes não passem a ser rotina, e temos como princípio e formação que a violência gera violência.

O momento é de nos enquadrarmos dentro de um Governo Democrático, e não será através de violências que chegaremos ou descobriremos os verdadeiros culpados por crimes cometidos, portanto, fique registrado o nosso mais veemente protesto "Abaixo à Repressão".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o seguinte pedido de informação, dirigido ao Senhor Governador José Richa:

a) Qual o custo, em dólares, para o Erário público, direta ou indiretamente, da viagem aos países árabes de uma Delegação do Paraná, conforme noticiam os meios de comunicação social?

b) Como seria recuperado o montante da despesa, que, segundo consta, seria superior a 340 mil dólares?

c) Qual a participação e/ou colaboração que dá o projeto o Centro de Comércio Exterior do Paraná – CEXPAR – formado por órgãos públicos e da iniciativa privada, comprovadamente, com grande experiência no setor de exportações?

d) Qual o valor das exportações paranaenses para os países que serão visitados pela Delegação?

e) Qual o valor total da importação pelos mesmos países de produtos semelhantes aos que tem importado do Paraná e qual o objetivo quantitativo e qualitativo de aumento de nossas exportações para os mesmos mercados?

f) Quais as pessoas da administração direta e indireta do Estado que participarão da Delegação e qual a justificativa técnica da escolha de cada uma delas?

g) A quem compete coordenar as atividades dessa Delegação?

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a transcrição dos anais desta Casa de Leis, matéria intitulada EUREKA A RICA, publicada no Jornal Indústria e Comércio" de 16.09.83.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

PROJETO DE LEI N.º 140/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1.º – A Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6636/74, fica transformada em Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana.

Art. 2.º – A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, tem por finalidade prestar assistência ao trabalho e ao trabalhador, e suas organizações, bem como fomentar a promoção social do trabalhador, no âmbito da Administração Estadual, e assessorar os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, na administração de seus Recursos Humanos.

Art. 3.º – A Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana, é órgão competente, para à nível estadual manter acordos, convênios, ajustes e contratos com organismos relacionados ao trabalho e à promoção social do trabalhador.

Art. 4.º – À Secretaria do Trabalho e Promoção Humana caberá:

I – Assistir o trabalhador e suas organizações em todo o território do Estado.

II – Colaborar para a manutenção da Paz Social, através de elaboração de Políticas Estaduais de Formação de mão-de-obra Emprego, Salários e condições de trabalho.

III – Tomar medidas tendentes a evitar o desemprego e promover a colocação de mão-de-obra disponível.

IV – Atuar na programação e desenvolvimento do Lazer e Recreação do trabalhador em conjunto com Entidades Patronais e trabalhadoras.

V – Atuar na formação de mão-de-obra, à nível Estadual em conjunto com entidades Patronais e Trabalhadoras, em consonância com a Política Estadual de Emprego e Formação de mão-de-obra.

VI – Promover o fomento e o desenvolvimento do sindicalismo, através do amparo e orientação de suas atividades.

VII – Manter relacionamento com organismos que congregam empregos e empregadores.

VIII – Desenvolver e manter Sistema de Informações sobre o comportamento das variáveis intervenientes no mercado de trabalho.

IX – Colaborar com o Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho na fiscalização das condições de trabalho, bem como nas relações de trabalho.

X – Criar mecanismos de controle sobre a migração intermunicipal e interestadual de trabalhadores qualificados ou não.

XI – Estimular o trabalhador e unir seus esforços no aspecto associativo, a fim de obter o desenvolvimento comunitário.

XII – Promover a orientação familiar ao trabalhador e seus dependentes, programando ações que visem a melhoria de sua condição de vida.

XIII – Coordenar os programas de habitação de natureza social, priorizando os segmentos de trabalhadores e regiões geoeconômicas, a serem atendidas.

XIV – Assistir ao menor abandonado ou carente, levando para uma melhor condição de vida, através de sua preparação profissional e garantindo-lhe o primeiro emprego.

XV – Proporcionar mecanismos de assistência e socorro aos trabalhadores vítimas de calamidade pública, ou mutilação oriunda do trabalho.

XVI – Propor mecanismos de estímulos à implantação de indústrias, comércios ou serviços que se enquadrem às potencialidades locais e que no processo produtivo utilizam-se de obra intensiva e de trabalhadores em condições de primeiro emprego.

XVII – Descobrir, atrair, obter, manter o desenvolvimento recursos humanos para a administração direta e autárquica.

XVIII – Admitir, contratar, dar posse e lotar o pessoal de qualquer regime jurídico, bem como alocar temporária, ou definitivamente, nas Secretarias de Estado para serviços periódicos e permanentes.

XIX – Movimentar o pessoal, coordenando a avaliação do desempenho para fins de promoção, progressão, treinamento, disponibilidade e dispensa a administração de cargos, funções e salários, capazes de distinguir, objetivamente, clientela funcionais pelos níveis de responsabilidade e natureza das obrigações

face aos programas governamentais.

XX— Administrar e atualizar o cadastro central de recursos humanos, estendendo-se à administração indireta, para o inventário e o diagnóstico permanente da força do trabalho disponível na administração pública, facilitador do recrutamento interno, programação de admissões, concessão de direitos e vantagens, análise de custos de programas médicos e assistências, outras atividades correlatas.

Art. 5.º — É a seguinte a Estrutura básica da Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Humana:

I— Secretário de Estado.

II— Órgãos Colegiados:

a) Conselho Estadual de Emprego e mão-de-obra (CEMO)

b) Conselho Deliberativo de Pessoal (CDP)

c) Conselho Estadual de Política Sindical (CEPS)

d) Conselho Estadual de Assistência e Previdência (CEAP)

III— Unidade de Assessoramento direto e imediato ao Secretário de Estado:

a) Gabinete

b) Assessoria de Imprensa - AI

c) Assessoria Jurídica - AJ

d) Assessorias Técnicas - AT

IV— Unidades de Gerência:

a) Diretor Geral (do Trabalho)

V— Unidades Instrumentais:

a) Grupo de Planejamento Setorial- GPS

b) Grupo Financeiro Setorial — GFS

c) Grupo Administrativo Setorial — GAS

d) Grupo de Recursos Humanos Setorial- GRHS

VI— Unidades de Execução Programática:

a) Coordenadoria de Gestão de Recursos COG

b) Coordenadoria de Controle de Recursos Humanos CRH

c) Coordenadoria de Emprego e mão-de-obra (CEMOB)

d) Coordenadoria de Assistência ao Trabalho COAT

e) Coordenadoria de Desenvolvimento das Relações do Trabalho (CDRT).

Art. 6.º — Ficarão vinculados à esta Secretaria, os seguintes órgãos:

IPE, FIDEPAR, DETEPAR, COHAPAR, PROMOPAR e IAM, cujas estruturas serão aproveitadas, ficando os mesmos totalmente desvinculados das Secretarias a que pertenciam.

Art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar mediante Decreto, no período de 90 (noventa) dias, após a publicação desta Lei, a estrutura básica da Secretaria do Trabalho e Promoção Humana, bem como as transferências referentes à programação orçamentária e Patrimônio da extinta Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e dos demais órgãos pertencentes às outras Secretarias.

Art. 8.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

PROJETO DE LEI N.º 141/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o PROVO-PAR— AÇÃO SOCIAL — PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, foi fundada sem fins lucrativos e com a finalidade filantrópica, inspirada na necessidade de promover a valorização

da pessoa humana, atendendo principalmente as crianças carentes, os idosos e os deficientes.

A documentação que estamos anexando ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Com o exposto, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Bufara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui já estivemos por mais de uma vez, para tratar do assunto segurança, segurança de nossa Capital.

Outros deputados já se interessaram pelo mesmo tema, e gostaria, nesta oportunidade, de convocar, senhor presidente, esta Casa, para que nós pudéssemos iniciar um movimento do qual não haveria paternalismo de ninguém, nem meu, nem dos senhores deputados, desta Casa isto sim, porque a intranquilidade tem sido a tônica de todas as famílias curitibanas nos últimos dias, nas últimas semanas.

Ontem, a residência da senhora Eleonora Valente, e venho aqui fazer este pronunciamento, porque estava na casa da decoradora Eleonora Valente, aí, eu fora almoçar havia sido convidado a almoçar na casa daquela senhora, saí, meia-hora depois de eu ter saído da casa da senhora Eleonora Valente, 3 marginais assaltaram a casa, ameaçando três meninas, filhas de Rogério Prosdócimo, dando um tiro na empregada que, com a graça de Deus abaixou-se, e o tiro pegou um outro marginal, ocasião em que eles, assustados e aterrorizados, fugiram, evadindo-se da residência, não roubando, parece-me, nada.

Então, anteontem, a casa da filha do Governador Ney Braga, ontem, a casa da decoradora Eleonora Valente, amanhã, quem sabe, a minha ou de alguns dos senhores deputados?

É preciso por um basta nisto tudo, e confesso que não sei qual a forma, a razão, o meio, o caminho que exista, mais prática, para que nós possamos debelar este índice alarmante de criminalidade. Não sei se falta competência à nossa polícia, ou se o índice de criminalidade é tão assustador, que a polícia não tem condições de conter, este índice elevado de criminalidade.

Mas, nós que temos certa responsabilidade com a segurança pública, nós que somos homens que aqui viemos, com os votos do povo do Paraná. Temos uma obrigação, um dever de, unindo nossas forças, consigamos debelar com este mal que assusta todo mundo. Nunca andei armado, na minha vida, hoje, confesso, porto uma arma, por receio de, sair da minha casa, entrar na minha casa e ver os meus familiares pressionados, aterrorizados com o volume de crimes que assola a nossa cidade.

Então entendo ser de capital importância, para que nós com os nossos recursos, se a polícia não tiver condições quem sabe se as comunidades possam estabelecer uma segurança pessoal, contratando vigias e fazendo com que o bairro tenha um índice, um esquema de segurança particular, privado? Fora disto, não vejo condições para que esses marginais possam ser enfrentados, eis que eles são petulante, eles são atrevidos, eles são insolentes, eles atiram em quem estiver na frente, eles não têm nada a perder.

Portanto, eu quero concitar essa Casa quem sabe através de uma Comissão Especial de Inquérito, quem sabe trazendo aqui o Secretário de Segurança, quem sabe se nós, a Comissão de Polícia desta Casa possa viabilizar meios, formas, para que nós consigamos enfrentar esses marginais de tão alta periculosidade.

Coloco uma interrogação, não tenho sugestão a oferecer, quero que, juntos, todos nós, possamos encontrar uma fórmula viável, prática e objetiva para enfrentar a criminalidade que tanto assusta a nossa cidade de Curitiba!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti, inscrito. (Ausente)

Concedo a palavra, ao senhor deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - senhor presidente, senhores deputados.

As notícias que os jornais do meu Estado têm dado com referência aos assaltos e as quadrilhas armadas que tem acontecido contra os turistas que transitam de Foz do Iguaçu a nossa Capital, Curitiba. É estarrecedor!

E a segurança do nosso Estado, muito tem deixado a desejar, porque providência nenhuma nós temos assistido. De ônibus, superlotados de pessoas que desejam ir a Foz do Iguaçu visitar as suas maravilhas naturais, as suas construções artificiais, as compras naturais ao Paraguai à Argentina. Não tem tido se que uma assistência da polícia paranaense no que tange à segurança do cidadão que transita naquela estrada.

Solicito desta tribuna hoje, que a Polícia do nosso Estado, sob o comando do Sr. Secretário de Segurança Pública, tome urgentemente providência neste sentido. Maior parte, senhor presidente e senhores deputados, das arrecadações dos municípios fronteiriços deste Estado, tem sido através do imposto I.S. e eles têm diminuído constantemente, pela falta do incremento do turismo em nossa região. Tudo isto por falta de segurança.

Se a Polícia Militar Civil ou até mesmo o DNER - Polícia Federal Rodoviária, são impotentes, que peçam ajuda, que peçam o apoio de outras entidades de segurança do nosso País, para que não continue acontecendo o que tem acontecido. Mas nós vemos ao mesmo tempo, deputados que vêm a esta tribuna com provocações imaturas e expúrias, na tentativa de denegir a personalidade de quem quer que seja e, inclusive, deste deputado, que vos fala, covardemente, porque não tem a coragem suficiente de citar nominalmente a quem atacam ou a quem criticam. Nós temos visto, quem sabe, um complô para os acontecimentos que têm gerado desavença e o descontentamento dos que viajam e da população da minha região.

Mas, nós sabemos, que mais expúrio do que as críticas e as provações que temos recebido, seria o de adentrar neste plenário, locomovido por pneus de carros que não foram comprados, que foram roubados; ou que eu aqui estivesse vestido com calçados, com aquilo que não comprei que seja receptado ou roubado. Isto seria expúrio. E nós pedimos, senhor presidente e senhores deputados, providências para que não haja acobertamento a quadrilheiros e a ladrões que estamos tendo em minha região e em todo o meu Estado, após a assunção do Dr. Mussi como Secretário de Segurança Pública do estado do Paraná.

É um apelo que eu faço, senhor presidente senhores deputados, para que a providência seja emergente e tomada o mais breve possível. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - deputado Tércio, está encerrado o horário de Vossa Excelência.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Tadeu França, inscrito. (Ausente)

Concedo a palavra ao senhor deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA - senhor presidente, senhores deputados.

A Comissão de Transportes, Obras Públicas e Comunicações da Assembleia Legislativa, buscando uma solução para o problema causado ao Paraná, pela Lei das Balanças, convocou há alguns meses todas as entidades de classe, sindicatos envolvidos com transporte de carga rodoviário para que se reunissem na Comissão de Transportes e buscassem uma solução para o problema da pesagem de balanças nas estradas promovido pelo DNER.

O que está ocorrendo atualmente, senhor presidente, senhores deputados, é que o Governo Federal financiou as balanças aos armazéns graneleiros, balanças estas financiadas ao longo de muitos anos e que pesam o caminhão por inteiro. Há uma limitação legal no peso permitido a ser transportado pelos diversos tipos de caminhão. Mas o que está ocorrendo é que os caminhoneiros, mesmo transportando a carga dentro das limitações de peso impostas pelo Código Nacional de Trânsito, se vêem multados porque as alavancas instaladas nas rodovias pesam os caminhões por eixo. Assim é que, caminhões que podem transportar até 40 toneladas, às vezes, transportando menos de 40 toneladas, 39 mil quilos, 39 mil e quinhentos quilos, portanto abaixo do permitido, mesmo assim são multados.

Multados, porque o péssimo estado de conservação das estradas e o grande volume de carga transportada a granel no nosso Paraná, grande produtor de cereais, faz com que haja um deslocamento dessa carga dentro da carroceria durante a viagem e o motorista se vê multado mesmo transportando dentro dos limites permitidos.

A Comissão de Transportes preocupada reuniu, repetindo, reuniu todos os Sindicatos e Associações de Classes envolvidos com o problema e preparou um memorial em que solicitava ao Ministério dos Transportes uma tolerância de 15% na pesagem por eixo sem ultrapassar a tonelagem total permitida para transporte.

Fomos a Brasília, senhor presidente, tivemos reunião com a Comissão de Transportes da Câmara Federal e naquela reunião foi aprovada uma sugestão do deputado Raul Bernardo, de Minas Gerais, para que a Comissão de Transportes da Câmara fizesse um expediente ao Ministério para que aquele Ministério, através de uma simples medida administrativa permitisse esta tolerância.

Em seguida, nos reunimos com o senhor Ministro dos Transportes, esta Comissão aqui de deputados da Assembleia, integradas também pelo deputado Gernote Kirinus e pelo deputado Donato Gulin, e o senhor Ministro dos Transportes praticamente deixou assegurado de que ira atender a reivindicação de que senão no todo, isto é, dando os 15% de tolerância, mas pelo menos em parte.

Acho que foi uma vitória da Comissão de Transportes e Obras Públicas desta Assembleia, e encerro, senhor presidente, agradecendo a participação de todos os empresários, motoristas, caminhoneiros autônomos nessas várias reuniões que culminaram com essa ida a Brasília. E volto a dizer da importância que se discuta aqui nesta Casa, numa reunião preliminar entre as Bancadas do PMDB e do PDS, o orçamento e o plano de aplicação de recursos para 84 aqui da Assembleia Legislativa, pois a nossa Comissão foi, com recursos próprios, buscando os interesses do Paraná. Era só senhor presidente (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Concedo a palavra ao senhor deputado, 3º Secretário, Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - senhor presidente, senhores deputados. Ocupamos esta tribuna do Poder Legislativo para demonstrar a nossa grande preocupação com as chuvas de ventos de granizos que caíram na cidade de Cianorte, Indianópolis, São Tomé, Japurá.

Recebemos informações dos Prefeitos desses municípios, preocupações junto aos lavradores daquela região, e nós solicitamos, senhor presidente, senhores deputados, providências emergentes, para que a Secretaria da Agricultura envie urgentemente uma equipe para fazer um levantamento dos prejuízos causados através daquelas chuvas de granizo.

Isto, senhor presidente, é uma das grandes preocupações em que temos, porque nós sabemos que a região Norte do Paraná tem sido sustentáculo da cafeicultura paranaense e, quando se encerra uma colheita de café e que, na esperança do futuro, uma nova grande safra cafeeira, lamentavelmente, as chuvas

de granizo tiraram todos esses pensamentos e essa esperança do futuro.

E por isso, nós pedimos em nome da cafeicultura de Cianoorte e do Norte do Paraná providências emergentes por parte da Secretaria da Agricultura.

Senhor presidente, a grande preocupação que temos de ver tantas injustiças neste País, de uma política econômica que vem trazer prejuízos aos produtores paranaenses, quando vemos o desespero dos avicultores da região Nordeste do Estado à procura de sacas de milho, e nós vemos, por outro lado, quando se embarca para a Espanha seiscentas e quarenta toneladas de milho vendidos a apenas por mil, novecentos cruzeiros a saca. E, hoje, neste País, para que possa atender as necessidades dos avicultores, teremos que importar milho a oito mil cruzeiros a saca.

Está aí, senhor presidente, senhores deputados, a incompetência da economia brasileira, através dos homens que representam os Ministérios, porque nós observamos que quando o produtor colhe o seu produto, imediatamente os preços baixam, e eles são obrigados, através dos compromissos com os departamentos financeiros, vender o seu produto por preços baixos e, depois que está nas mãos das grandes multinacionais, dos grandes intermediários, o preço se eleva, mais um sacrifício ao lavrador paranaense, mais uma injustiça, quando os avicultores anunciam que têm agora que abater as matrizes porque não tem milho para sustentação.

É isto, senhor presidente, senhores deputados, a incompetência da política econômica deste País, de homens que enganam, de homens de judiam do povo brasileiro, quando vemos o Ministro do Planejamento a enganar cento e quarenta milhões de brasileiros e que vai pelas televisões do Brasil inteiro a injustiçar esses brasileiros e que, hoje, ainda, quando se fala a verdade, quando se diz aqui as verdades, o senhor Ministro ainda processa pessoas que têm a sua boa fé, a sua índole de denunciar as injustiças neste País.

É isto senhor presidente, senhores deputados, que queremos registrar nesta tarde. A grande preocupação que temos hoje com a região cafeeira do Paraná. Pedimos à Secretaria da Agricultura do Estado providências a serem tomadas, para atender aos lavradores que são o sustentáculo desta Nação através de seu trabalho. Muito obrigado, senhor presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Odeni Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL. - senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A força da televisão mostrando o retrato dramático de um nordeste abandonado histórica e culturalmente esquecido e politicamente explorado, provocou, na grande comunidade nacional, integrada por um povo emotivo, uma pronta reação diante da emergência da situação denunciada.

A campanha deflagrada pela Rede Globo de Televisão em todo o País, denominada "NORDESTINOS, O BRASIL EM BUSCA DE SOLUÇÕES", ecoou como um verdadeiro chamado à responsabilidade por parte da sociedade brasileira, em torno das condições aflitivas e de desespero em que se encontram milhões de pessoas. Homens, mulheres e crianças estigmatizados de "nordestinos", compondo um quadro de pobreza e de miséria, que pesa sobre a própria moral nacional, comprometendo o conceito e a imagem do Brasil perante a humanidade e perante Deus.

A necessidade de reagirmos diante de tamanha omissão e de falta de exercício de fraternidade, frente a permanência da situação desalentadora e vergonhosa de milhões de brasileiros do nordeste, em condições absoluta de fome e de sede, manifestou-se, ontem, como uma explosão de solidariedade e de amor ao próximo.

Conseguiu, portanto, a Rede Globo de Televisão através de suas emissoras espalhadas pelo País, catalizar a energia de sentimentos e generosidade do povo brasileiro, transformando-a, de forma concreta, em auxílio material e espiritual, proporcionando aos flagelados da seca do nordeste, um estímulo para que reascendam as suas esperanças, de um dia verem aquela região, redimida do estado de pobreza e abandono, então integrada a níveis de qualidade de vida, foram exigidos de um Brasil que se propõe civilizado e humano.

Bilhões de cruzeiros foram arrecadados, toneladas de alimentos foram recolhidos sob o impacto de uma realidade contundente, mostrada por esse notável veículo de comunicação social que é a televisão, o que levou a sociedade brasileira, por meio dos mais diferentes segmentos sociais, a responder o desafio da campanha deflagrada no domingo, superando a indiferença e a omissão diante de um quadro crônico e de tristeza.

Desafio permanente à capacidade a à deficiência de governos políticos o nordeste, necessita, também, a partir de agora, através do amplo debate que será travado na busca de soluções estruturais, como prosseguimento a essa mobilização de esforços e de consciência, da intervenção de programas e recursos que contribuam como meios de mudanças, a fim de que o homem nordestino possa dar efetivamente a sua contra-partida, incorporando-se como agente ativo na construção da riqueza nacional, recuperando, assim, a sua própria dignidade.

A mobilização de ontem, congregou brasileiros de diferentes convicções políticas, de diversos credos religiosos, de várias classes sociais, servindo como exemplo educativo, uma vez que, através da identificação de propósitos sadios, de interesses em favor do bem comum, a Nação reagirá e vencerá os grandes desafios que se apresentam no presente, pois estes, não resistirão aos desejos mais profundos da alma de um povo que tem vocação e vontade de construir uma Pátria forte e justa.

A verdade é que o Brasil, que vive momentos de um crise econômico financeira, com marcante reflexos sociais não encontraria a unidade nacional e nem a força moral indispensáveis, sem antes voltar as atenções ao drama que envolve os flagelados da seca, de uma terra em que o homem é mais pobre do que a cabra, na expressão do Manoel Bandeira, propondo-se com isso, a alterar esta contundente realidade que se apresenta.

Por isso apresento hoje uma proposição para que esta Assembléia Legislativa se manifeste, através de um voto de aplauso, a Rede Globo de Televisão, na pessoa do Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da TV Paranaense Canal 12, pela atitude patriótica educativa com que promoveu o lançamento e o co-patrocinio da referida campanha, renovando as nossas certezas, de que dispomos de homens e de idéias suficientes, para superação das dificuldades mais aflitivas e que comprometem uma sociedade que idealizamos seja mais justa e democrática, com uma economia mais estável, bases para um Brasil mais livre e soberano.

Muito obrigado senhor presidente.

Muito obrigado senhores deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - senhor presidente, senhores deputados.

Irei aqui ler um manifesto da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, a respeito da Petrobras, que está poluindo o Rio Iguaçu. (Lê):

"O povo esta sendo enganando. Não é possível que uma empresa que convida escolares, professores, funcionários públicos para visitar sua área, e diante destas pessoas afirme estar preocupada com a preservação do meio ambiente, horas após esta afirmação, venha a soltaramônia no Rio Iguaçu. Está existindo uma farsa, A população está sendo enganada. O povo de Araucária é um povo simples e na sua simplicidade tornou-se uma vítima nas mãos das poderosas empresas que visam tão so-

mente o lucro. Tão poderosas que se acovardam e escondem-se através de notícias conforme a publicada no Jornal do Estado de 16/08/83, descrevendo moderno tratamento de efluentes. Mas como toda mentira tem pernas curtas, a **Petrobrás** não ficou por menos. Conforme análise da água do Rio Iguaçu, foi constatada a presença de grande taxa de amônia: A relação entre o valor permitido e aquele lançado pela **Petrobrás** no Rio Iguaçu foi de 310 vezes a mais do que permitido e com isso matando os peixes e colocando a saúde da população em perigo. Sulfetos: 80 vezes mais que o permitido. Diante disto, podemos considerar que o convite que a **Petrobrás** está fazendo para conhecer suas instalações é pura demagogia. **Estão tentando tapar o sol com a peneira.** Estão mostrando apenas o lado bom, tentando ludibriar as pessoas no tocante a poluição. Quando a preocupação pelo ser humano realmente existe, ela surge aos olhos de todos, através de soluções que existem. Como é possível acreditar-se numa nota publicada, ou mesmo numa explicação técnica de que não há poluição, quando surge em nossos rios a presença de agentes poluentes, quando sentimos no ar que respiramos a presença de agentes poluentes, quando se tem em mãos um Laudo Técnico de um órgão de respeito como é o caso da **Surehma**, em que acusa a **Petrobrás** de poluidora do Rio Iguaçu? Que explicação terá o senhor relações públicas? Que explicações terão os senhores engenheiros? Foi um acidente? Estamos cansados de sermos vítimas de acidentes. Já é hora das autoridades competentes manifestarem-se a favor da população de Araucária. Leis para isso existem. Que as autoridades exijam o seu cumprimento, seja por ind. particular, estadual ou federal. Lei é lei. Todos tem o Dever de cumprí-la."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta Presidência registra a presença em plenário do vereador José Andrade Filho, de Umuarama.

E registra também a presença nesta Casa de leis do vereador de Foz do Iguaçu, José Arceno, Líder do PDS.

Com a palavra no Grande Expediente o senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - senhor presidente, senhores deputados, Excelentíssima senhora deputada. (Lê):

"Deus tenha compaixão daqueles que não têm amor para com os humildes, os desesperados, os necessitados.

São seres sem alma.

Pretendia responder agressivamente ao Emir Calluf, sobre o seu artigo: NORDESTE: VAMOS DEVOLVÊ-LO AOS HOLANDESES?, publicado na Gazeta do Povo dias 15 e 17 do mês em curso, pois violência, gera violência, ensina-nos a sabedoria popular.

Bondade também, gera bondade do povo brasileiro para com o meu nordeste empolgou-me e deixou-me agradecido e convicto de que somos todos irmãos.

Por que, então me preocupar quando o Emir Calluf prega a morte ou o extermínio dos nordestinos, quando o Brasil, pela sua solidariedade deseja sua vida?

Por que me preocupar em rebater um falastrão, quando os brasileiros, debaixo de chuva e de sol, demonstraram a sua generosidade, a sua bondade o seu amor e fraternidade?

Amai-vos uns aos outros, disse Jesus: Nós brasileiros, nos momentos de dificuldades temos mostrado que nos amamos, que somos solidários uns com os outros, independente de tudo.

Assim, peço licença aos ilustres deputados, para volver os olhos da inteligência e do conhecimento para o meu nordeste, rememorando os dias de braços nus, atrás das asas ligeiras das borboletas azuis, das emboladas dos cantadores das feiras, das fogueiras de São João, da palmatória, do cinturão queimado e da mais profíqua, abundante e rica literatura de cordel de todo o nosso querido Brasil.

E o que dizer a Ruy Barbosa, o Águia de Haia, o grande

tribuno da campanha civilista, o homem de tantas qualidades no dizer de Silvio Romero, que só se poderá definir, dizendo que é, como Victor Hugo na França, o primeiro talento verbal da nossa raça.

Ah! meu Brasil de José Martiniano de Alencar, dos verdes mares bravios, e da primeira lufada nacionalista em nossa literatura, exaltando o índio, o negro, o branco, o mestiço, a história e os hábitos da sociedade brasileira, sem esquecer de pintar a nossa natureza com um amor e paixão até hoje insuperáveis.

Esse Brasil de integração, de compreensão me faz lembrar do jovem abolicionista autor de Navio Negreiro, Vozes d'Africa, o Livro e a América, tantas e tantas poesias imortais, que alguém, dele dizia: "A Sua lamaera ao mesmo tempo uma flama e uma flor". Antônio de Castro Alves, o imortal poeta revolucionário, que rompendo preconceitos, quebrando barreiras, afrontando os poderosos, já dizia: "A praça é do povo como o céu é do condor". Ou denunciando o problema social: "Magras mulheres, suspendendo às tetas, negras crianças cujas bocas pretas, regam o sangue das mães.

Prefiro o Brasil da solidariedade, dos nabucos, dos renatos aragões, dos chicos e dos josés, das raqueis ou dos trevisans, dos jorges amados e dos drumons de andrade, dos vinícios de Moraes e dos lápis, das gabrielas, das iracemas, dos vandrés e dos luis gonzagas, dos caribés e dos dorivais caimes, dos folclores, das poesias, do artesanato, da paciência, do perdão e do amor.

Perdão, irmãos, a minha alma de nordestino não gosta de deixar nada sem resposta. Sou do amor, sou da paz. Sei também que só chegaremos à paz depois de fazermos a guerra.

Assim, não posso deixar que a alma de nazista exterminador, de assassino covarde e sem entrinha do tal Emir Calluf, forjada na sabujice, na podridão, na traição e na mentira ocupe espaço maior do que uma resposta objetiva. Emir Calluf, diz literalmente sobre nós, os nordestinos: "qual o interesse dum país em manter vivos um bando de subnutridos físicos e retardados mentais, que vão oprimí-lo como um peso morto"?

O Brasil dos brasileiros deu a resposta neste domingo.

Agora, p'ra você Emir Calluf, vai a resposta dos nordestinos: você não é um ser humano, animal, rato ou barata. Emir Calluf, ex-padre, você para nós, nordestinos, é uma coisa. E uma coisa fedida."

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Nesta tarde, Vossa Excelência, faz um pronunciamento muito profundo, onde Vossa Excelência acusa em especial aqueles que não desejam um Brasil de solidariedade, aqueles que acima de tudo não desejam um Brasil para os brasileiros, em especial os brasileiros natos e os brasileiros mais sofridos.

Lí o pronunciamento através dos jornais, ou mais especialmente através de um dos matutinos onde o Sr. Emir Calluf faz uma dramática acusação; com referência aos brasileiros mais sofridos, ou seja aqueles que vem sofrendo ao longo dos tempos, motivados pela seca, pelo extermínio da água, o líquido mais precioso que sacia a sede de nós todos, para sem dúvida alguma, também desprestigiar os sulistas, que sofrem pelas enchentes, porque nós vivemos sem dúvida alguma no País dos contrários, onde chove demais em uma parte desta Nação e onde falta água em outra parte da mesma Nação.

Mas é preciso que este mesmo colunista, acuse as quadrilhas organizadas, aqueles que procuram tirar dos mais sofridos, dos trabalhadores o seu ganha-pão, muitas vezes o que eles compram com o suor sofrido, derramado sobre o corpo, visto na testa de cada sofredor brasileiro.

Não posso admitir quando se fala do nordestino, que construiu São Paulo, que deu um grande desenvolvimento ao Norte paranaense e que vem ao Paraná tanto quanto Vossa Excelência e que hoje se encontra nessa Tribuna, através do seu braço forte sua palavra honrada e firme ajudar o desenvolvimento do nosso País.

Eu digo "não" em especial por ser nordestino, mas muito pelo contrário, por ser um brasileiro e, acima de tudo, um paranaense por adoção e de coração, que ajuda o desenvolvimento deste Estado apesar da sua impotente e da sua curta possibilidade de mais ajudar o desenvolvimento do Sul do País. Vossa Excelência, Deputado Osvaldo Alencar, juntamente com seus familiares - muitas vezes sofridos, cassados por partidos contrários e por partido do mesmo lado - dizer, Vossa Excelência tem o nosso incondicional apoio, nosso aplauso, nosso respeito, pelo seu pronunciamento desta tarde, porque Vossa Excelência defende quem não deve ser exterminado, e sim quem deve ser apoiado, alimentado, que é um desejo de todo ser humano; ter o direito, pelo menos, da sobrevivência. E nisso eu realço participação inequívoca da Rede Globo de Televisão, da LBA e do povo brasileiro que deixando o lazer de um domingo chuvoso - em muita parte - foi às praças públicas, aos clubes, ao contrário do que muitos fazem, defendendo os ladrões, os quadrilheiros para apoiar irmãos seus que se encontram no sofrimento. Muito obrigado.

O SR. ALENCAR FURTADO - Agradeço o aparte do ilustre Deputado e incluo-as no meu discurso. (continua lendo).

"Eu, dos tais circunlóquios nada sei...

Só conto caso como o caso foi.

Na minha frase de constante lei

- O ladrão é ladrão, e o boi é o boi".

Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa

"A história do Brasil contemporâneo é uma crônica de autoritarismo e de injustiças sociais insuperáveis. Mas, também, a história do despertar de um povo, em meio a enganos e decepções, para uma exigência de cidadania, de igualdade e de justiça".

Com essas palavras, o nosso PMDB inicia o seu programa que nós ao assinarmos as fichas de filiação partidária, declaramos concordar.

Baseado nesse programa fizemos uma campanha popular e selamos, indissolavelmente, um compromisso com o povo.

A nossa proposta central, a tônica dos nossos discursos era também baseadas no programa do nosso partido, parte final, "erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro".

Prometemos mudar. Prometemos melhores dias, novos tempos, rumos diferentes. Richa, ou fica como está. A grande maioria dos paranaenses desejava mudar. As esperanças se reacenderam nos corações, as almas se rejuvenesceram e o povo acreditou na nossa palavra de homens de bem e de honra e votou no PMDB. Era a insatisfação revelada nas urnas. Era um basta ao PDS. Era a vontade de um povo altaneiro e trabalhador gritando aos líderes: vamos mudar tudo, refazer o Paraná, construir um Paraná para o povo.

Mudar um governo significa disposição e fibra para enfrentar e vencer a miséria, o desemprego e o subemprego; erradicar o analfabetismo e as doenças; garantir a segurança das pessoas e das famílias; não discriminar pessoas; apoiar os pequenos, médios e grandes empresários, criadores, lavradores e trabalhadores em geral.

Mudar um governo é acabar com a desonestidade e com as injustiças.

Mudar um governo é sentir o povo confiando no governador e na sua equipe.

Mudar, como vemos, significa algo mais profundo do que a simples troca de guarda de um castelo ou de um quartel.

Eu, igual a tantos companheiros, mantenho a palavra empenhada em praça pública e ratifico o compromisso assumido com o povo.

Assim, venho mais uma vez a esta tribuna, coerente sempre com o programa do meu partido, denunciar aos peemedebistas do Paraná e do Brasil, que o Secretário de Finanças do nosso Estado, Sr. ERASMO GARANHÃO, quebra a confiança do po-

vo no Governo do Sr. José Richa, ao implantar a sua política de arrocho e estrangulamento fiscal e, por desconhecer o programa do PMDB, ou por má fé, EXONERA, sem justa causa, apenas por medida de contenção de despesas, pessoas com 21 anos à disposição do Estado e 20 anos de efetivo exercício da sua profissão de Secretária, em um mesmo órgão: a Loteria do Estado do Paraná. A Tecnocracia é insaciável. É um dragão sem alma e sem coração. Eis o retrato do Sr. ERASMO GARANHÃO: não satisfeito, qual ninfomaníaco insaciável, em exonerar, pela mão do seu Diretor Superintendente, NASSIB JABUR, a Sra. ROSEMARY HUSS NOVITSKI, com 20 anos de serviços prestados, exonerou também o seu filho CELSO RICIERI NOVITSKI, com seis anos de serviços e que ali havia entrado como office-boy. Hoje, já chefe de família, ainda encontra-se desempregado. Companheiros, esses dois injustiçados, são nossos injustiçados.

O SR. ERASMO GARANHÃO desconhece ou finge desconhecer, para praticar suas barbáries em nome do governo popular, ele passa por cima do 7º princípio básico do PMDB, que considera o trabalho como fundamento da riqueza coletiva. Os interesses do trabalho se sobrepoem aos do capital e impõem justiça na repartição de renda e da riqueza.

Todavia, o dragão da maldade, o filhote rancoroso da tecnocracia, o terrorista do fisco, joga uma família no desespero - apenas para diminuir despesas, segundo afirmou-me por telefone o seu preposto, NASSIB JABUR. E este, em documento que temos em mãos, afirma, por escrito que a Srs. ROSEMARY "percebia na ocasião, o salário de CR\$ 108.000,00, por meio período de trabalho, que somando aos encargos sociais diretos, onerava o serviço em CR\$ 128.225,00. Com o reajuste salarial previsto, tal importância subiria a aproximadamente CR\$... 179.665,00 e ao cabo de um ano custaria ao serviço em torno de CR\$ 2.200.000,00. A referida viúva, com três filhos maiores e independentes, e possui bens".

Eles só esqueceram de acrescentar que a referida viúva com o salário de CR\$ 108.000,00 sustentava uma filha desempregada e com o marido desaparecido, que lhe deixou como herança, quatro filhas pequenininhas que essa viúva, hoje desempregada, ajudava a sustentar com o seu humilde salário, mas com a boa vontade de um coração duas vezes mãe.

Eles esqueceram de acrescentar que o 2.º desses três filhos, também estava sendo desempregado por eles.

Companheiros, isso não é "erradicar a miséria e assegurar o trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro". Isto não é cumprir ou honrar a palavra por nós empenhada junto ao povo.

O SR. GARANHÃO, já disse que o governo participativo do RICA é o povo pagar impostos. Só lhe resta dizer, no próximo programa de televisão, fascinado pelo brilho das luzes e confundindo tudo, dizer que o governo participativo, é o povo passar fome junto.

O mais triste em tudo isso é ver que a nossa força foi esca-moteada pela sede de poder que se apoderou do Sr. ERASMO GARANHÃO, que do DOI-CODI, torturador em que transformou a Secretaria de Finanças, vai tecendo seus planos e demandas diabólicos na condução de uma guerra subjetiva, que está a desestabilizar a união da classe política em torno da figura do Governador JOSE RICA.

E não poderíamos manter tal união, traindo o nosso povo, traindo aqueles que nos elegeram como seus legítimos representantes. Porque só posso chamar de traição, para não dizer coisas piores, as demissões arbitrárias de fiéis servidores públicos, de pequenos funcionários como foi o caso de dona ROSEMARY HUSS NOVITSKI e de seu filho CELSO RICIERI NOVITSKI, do serviço da Loteria do Estado do Paraná. Todos nós fomos atingidos pelas costas pelo Sr. NASSIB JABUR, diretor presidente daquele órgão que continua imperando no Palácio Iguaçu. Sim, nobres colegas, ao atingirem dois cidadãos paranaenses com tamanha covardia e com toda a impunidade, atingiram diretamen-

te a nós que fomos eleitos também por esses servidores públicos.

E a nós resta denunciar aqui a vileza desses atos contra pessoas honestas e trabalhadoras, que foram vítimas do novo sistema implantado no Estado.

Por que somente após 21 anos de serviços prestados, faltando pouco para se aposentar, dona ROSEMARY deixou de ter capacidade para trabalhar, como alega seu NASSIB? Foi demitida por questões puramente administrativas, diz ele em sua justificativa. Atrás desse argumento de problema administrativo, o governo tem feito o que quer, como quer, sem nos dar a mínima importância e consideração, como vimos no episódio de LÉO DE ALMEIDA NEVES da presidência do BANESTADO.

E se é para contenção de despesas, porque então não se contém os gastos abusivos com propagandas, com viagens, com cafés da manhã, viagens ao exterior e deixa-se que pessoas honestas, continuem trabalhando e recebendo seu pequeno salário. O salário da própria sobrevivência.

Uma ridícula contenção de despesas, senhores parlamentares, por parte de seu NASSIB e do seu GARANHÃO, quando todos sabemos quantos favorecimentos, por muitos altos salários e para preencher cargos dispensáveis foram feitos pelo governo, desde sua posse em 15 de março último.

Portanto, volto a informar que mudar um governo é um empreendimento que requer muito mais do que pensaram essas pessoas colocadas pelo governador para administrar nosso Estado. O poder seduz, todos nós sabemos.

O poder tem uma força incalculável sobre a frágil condição humana. O poder corrompe, destrói, violenta, amedronta e cala as pessoas. Não podemos deixar de denunciar os erros que novamente estão sendo cometidos.

Após o resultado das urnas, disse em várias entrevistas: serei na Assembléia Legislativa a voz dos injustiçados, dos oprimidos, dos explorados, dos relegados da sorte, dos escoraçoados sociais.

Serei o revide da afronta sofrida por uma sociedade sem oportunidade, manuseada que tem sido pelos donos do poder e do dinheiro.

A aproximação com o poder só me seduz quando existe uma filosofia político-social e uma decisão honesta de conduta. Lutei e trabalhei pela eleição do senhor JOSÉ RICHIA porque assumiu o compromisso de respeitar o programa partidário.

O povo acreditou e votou. Votou, não esperando diretamente o benefício. Votou acreditando em oportunidades iguais, dignidade respeitada, pessoas apoiadas nas suas dificuldades.

Votou para eleger um governo possuidor de sensibilidade suficiente para se aliar ao povo, não para se afastar dele.

Todavia, quando o poder é utilizado para perseguir, para praticar injustiça e desumanidade este é o poder do mal, contra o qual nos rebelamos.

Lutamos a favor do PMDB. Na certeza de melhores dias. De uma política sem politicalha, sem bajulação, onde os ensinamentos de Santo Agostinho tivessem sido compreendidos, principalmente quando ele nos ensinou e nós pregávamos: "prefiro os que me criticam porque me corrigem, aos que me bajulam porque me corrompem".

Será, companheiro José Richa, será companheiro do PMDB, que vamos dar razão a Junqueira Freire quando diz:

Iludimo-nos todos! Concebemos um paraíso eterno. E quando nele sôfrego tocamos Achamos um inferno..."

Hoje o programa do nosso partido está sendo desrespeitado, como já provei, pelo Secretário Erasmo Garanhão.

Deus é testemunha da minha luta nos bastidores para esta injustiça ora denunciada, fosse reparada. O senhor Erasmo prometeu, ainda no 1.º semestre repará-la em parte e não o fez. Prometeu e não cumpriu. Se prometeu é porque reconheceu naquele momento que erro houve. O erro persiste. Diz o velho

brocardo: persistir no erro, é próprio do diabo.

No manifesto dos fundadores do PMDB à Nação, eles nos ensinam que "a Nação não esquece que cada arbitrariedade do regime permitiu sempre uma definição mais nítida das forças oposicionistas".

Companheiros, toda injustiça é uma arbitrariedade. Injustiçados estão sendo a Senhora ROSEMARY HUSS NOVITSKI e seu filho CELSO RICIERI NOVITSKI, dois chefes de família que nós do PMDB, jogamos maldosamente, injustamente, desumanamente na rua da amargura, através do sadismo-terrorista do senhor Erasmo Garanhão.

Está nas mãos do nosso governador a reparação do erro. Dizia o governador José Richa que no seu governo não haveriam injustiçados. Se alguma injustiça ocorresse, ao tomar conhecimento, ele repararia a injustiça.

Corrija essa, governador. Reintegre ao Estado, em qualquer órgão, com os mesmos níveis salariais, a senhora ROSEMARY e o seu filho CELSO. É o apelo que faço.

Governador, são dois chefes de família que já começam a sentir o desespero do desemprego. A inquietação das crianças com a mudança de vida e o aperto maior da fome.

Reintegrando esses dois funcionários públicos, governador, Vossa Excelência estará devolvendo alegria e tranquilidade a uma família, garantindo o futuro de quatro crianças que vivem sem o pai numa casa de desempregados, que um secretário do seu governo desempregou.

Estará cumprindo o estatuto do partido, reparando uma injustiça social e provando ao povo do Paraná que o senhor é homem de boa vontade.

Deus esteja conosco!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Osvaldo Alencar Furtado, vejo Vossa Excelência corajosamente a denunciar um fato, dos milhares que houve no Paraná. Já dizia o adágio popular: "cada Richa tem o Garanhão que merece". E Vossa Excelência está muito certo ao denunciar as injustiças praticadas aos pequenos, injustiçados. Vossa Excelência diz bem o que os outros deveriam dizer. Seus companheiros de bancada deveriam também vir à tribuna para denunciar fatos como este; fatos de milhares e milhares de funcionários que foram demitidos sumariamente, apenas por serem fiéis aos seus antigos chefes.

O ilustre Nacib Jabur pertenceu aos nossos quadros, pertenceu à Arena, talvez ao PDS, e vem Vossa Excelência, corajosamente, merecendo os parabéns de um deputado do PDS, ao dizer que a filosofia de um partido não pode ser traída por idéias espúrias à campanha política, comendo casca de pão e poeira.

Deputado Osvaldo Alecnar, Vossa Excelência hoje está de parabéns, porque a coragem que Vossa Excelência tem, lembra-me Ruy Barbosa que dizia: "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a lutar".

Vossa Excelência aceite os meus parabéns, em nome dos milhares de injustiçados que foram sumariamente demitidos por esse ilustre Garanhão, que nem conheço, e que hoje é alvo de uma piadinha popular que diz assim: "quando o mordomo pergunta ao ilustre governador José Richa como ele quer tomar o seu café, se com adocil ou com açúcar, ele responde: aguarde um pouco, que eu vou telefonar ao Garanhão, que ele me dirá como devo tomar o meu café".

Muito obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Obrigado, deputado, pelo seu aparte.

Acredito que todo o PMDB, ao tomar conhecimento de uma denúncia deste porte, onde uma senhora, após 21 anos à disposição do Estado, e o seu filho há seis anos trabalhando para o mesmo órgão, sem justa causa sejam exonerados. Acredito que o PMDB como a opinião pública do Paraná, solidária

com o nosso apelo, denunciará também ao governador do Estado, para que o Celso e a D. Rosemary sejam novamente reintegrados aos quadros do funcionalismo público do Estado.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Osvaldo Alencar Furtado, ouvimos atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde, e realmente ficamos impressionados com a sua demonstração de sensibilidade a esses dois funcionários que estão passando por esses momentos de angústia. Realmente é esta a missão do parlamentar: denunciar os erros, na esperança de que sejam corrigidos pelas autoridades competentes.

E veja, nobre deputado Osvaldo Alencar Furtado, nessa atitude de Vossa Excelência, um enriquecimento deste Parlamento, porque não deve o parlamentar apenas preocupar-se com os aspectos políticos-administrativos superiores, mas com aquilo que está acontecendo com o povo; com aquele humilde e desprotegido pela sorte. Desta maneira, esta Casa está, efetivamente, cumprindo com o seu dever.

Solidarizo-me inteiramente com Vossa Excelência e espero ver de Sua Excelência o senhor governador do Estado, uma atuação pronta para que haja, efetivamente, uma correção nesse aspecto.

Muito obrigado pela vossa aquiescência em dar esse aparte.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte, agradeço a presidência e aos demais deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra Sua Excelência o nobre deputado Orlando Pessuti, por cinco minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Possuindo o Brasil uma terra fértil e dadivosa, é evidente que a muitos anos poderíamos ter alcançado a meta da auto-suficiência da produção de trigo. Sobre isso existe um consenso nacional, sustentado principalmente por todos os técnicos e estudiosos, e se ainda nos encontramos na vexatória de importar dois terços do que consumimos, isso se deve a uma sucessão de erros e à falta de uma política agrícola voltada para os legítimos anseios nacionais.

Privilegiando os grandes grupos econômicos e o capital multinacional e investindo em projetos megalomaniacos, que exigem grandes investimentos sem retorno, as autoridades econômicas parecem ignorar que uma das atribuições obrigatórias do governo consiste em proporcionar alimentação sadia e econômica à população.

Nestas condições, o apoio à agricultura e em especial à produção nacional do trigo, é uma questão de significado estratégico, com implicações a nível de segurança nacional, econômica, de nutrição, de geração de empregos, de movimentação de riquezas e de progresso.

Apesar disso, a política oficial estabelecida em 1967, sob a ótica do autoritarismo, através do famigerado Decreto-Lei n.º 210, constituiu um duro golpe aos esforços patrióticos desenvolvidos pelos que lutam por um país livre e independente, capaz de produzir o suficiente para alimentar a sua população, e de evitar o desperdício representado pela importação anual de 4 milhões e 100 mil toneladas de trigo.

O Decreto-Lei n.º 210 fixou o sistema de cotas que se constitui em um odioso privilégio que beneficia os grandes moinhos, onde a presença do capital nacional é bastante significativa. Os tradicionais moinhos coloniais foram marginalizados, talvez porque sejam pequenas e médias empresas 100 por cen-

to nacionais, imbecilmente ligadas à produção do trigo, estimulando a sua produção, transporte e comercialização, ajudando a agricultura de um lado e a geração de empregos de outro.

Como os moinhos coloniais ficaram impossibilitados de receber o trigo dos colonos, criou-se um hábito pernicioso que só satisfaz aos magnatas da indústria: é o chamado passeio do trigo.

Enquanto os 200 moinhos coloniais do Paraná (assim como os 100 existentes em Santa Catarina e os 800 do Rio Grande do Sul) ficam ociosos, o Paraná gasta só de frete mais de 7 bilhões de cruzeiros para que o trigo seja transportado das zonas produtoras para os moinhos, e retorna aos locais de origem em forma de farinha e derivados.

Pior do que isso, a partir de 1967, segundo cálculos do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura, o Paraná deixou de arrecadar anualmente mais de 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros em ICM; recursos que lhe fazem falta para aplicação em obras e serviços sociais, e para atender às necessidades básicas de nossas populações carentes.

A simples revogação do Decreto n.º 210/67 resultará em um aumento da produção nacional de trigo, da ordem de 15 por cento a curtíssimo prazo, além de eliminar um injustificável privilégio, que transformou os grandes moinhos em donos de um mercado cativo, em detrimento dos moinhos coloniais.

Isso porque, aqueles grandes moinhos por conveniências econômicas, sempre conspiraram contra o desenvolvimento da nossa tricultura; distantes em sua maioria, das zonas de produção e situados próximos ao litoral, é do interesse dos grandes moinhos que o Brasil aumente cada vez mais a importação de trigo, tornando-se cada vez mais dependentes dos mercados externos.

Por estas razões, solicitamos que esta Assembléia tome uma posição firme a respeito, exigindo das autoridades federais a imediata revogação do Decreto n.º 210/67".

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Registro a presença do Senhor Prefeito de Japurá, Arlindo Mazoni. Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos vinte e cinco minutos restantes.

O SR. NILSO SGUAREZI - Vinte e seis minutos e meio. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Vinte e cinco, Sr. Líder. Acontece que nós deixamos de acionar o cronômetro e cronometramos do nosso pulso.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu confio na cronometragem da Mesa. A seguir o Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Causou-nos preocupação, razão pela qual estamos oficiando ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, solicitando a abertura de inquérito policial-militar para apurar as agressões de que foi vítima o menor Carlos Roberto da Silva, por quatro policiais militares, lotados no módulo policial de Vila Guaíra, conforme noticiário do "Jornal O Estado", de 16 de setembro do ano em curso.

Srs. Deputados, hoje em Brasília, estará sendo votado o Decreto-Lei n.º 2.024, que fixa em zero por cento, a produtividade nacional, até 31 de dezembro de 1983. É muito importante salientar que a aprovação deste Decreto-Lei abre mais, efetivamente as portas e legaliza indefinidamente os acordos do FMI, com a política entreguista do Governo Federal, razão pela qual nós, lamentavelmente, assistiremos a consagração do nosso índice zero de produtividade nacional definitivamente reconhecida.

Delfim Netto e Ernani Galvêas, juntamente com o próprio Presidente João Figueiredo, que tem sido o condutor máximo dos nossos destinos, juntamente com o repúdio total, amplo e geral da Nação, determinaram eles que a crise do modelo econômico, financeiro, social e político, que está sendo custeado mui-

to caro pelo trabalhador, ainda se somasse mais esta humilhação para a nossa gente.

É por esta razão que não poderíamos deixar passar sem externar a nossa posição de profundo constrangimento pelo caos econômico que avassala a nossa economia, a partir de suas raízes na esfera federal.

É tempo de mudanças, de transformações. Estamos solicitando também mudança a nível político. Estamos requerendo o fim do voto vinculado, a reformulação da lei da fidelidade partidária, por entendermos que o que aí está é uma verdadeira afronta.

Senhores Deputados, até a própria noção de democracia pluripartidária como pretende ser a nossa democracia. Razões sobejam para fundamentar o fim do voto vinculado. Não se justifica o atrelamento e esta estrutura que tanto tem dificultado a livre opção do eleitor, deve ter seus dias contados, deve merecer o fim e o arquivamento aos porões de um tempo onde não se levou em conta a suprema voz e a livre opção do cidadão brasileiro.

Não era nossa intenção afirmar, mas queremos deixar aqui também o nosso registro, a nossa confiança absoluta pelo trabalho que vem sendo desempenhado pelo Secretário das Finanças do Estado do Paraná, Erasmo Garanhão. Tenho reafirmado que se o governo Richa tem errado, é pelo excesso de prodigalidade; as demissões deveriam ter-se consumado em nível muito maior do que aquelas que aconteceram.

Hoje, nós vemos no Paraná, até mesmo um excesso de condescendência, razão pela qual, ao mesmo tempo que reconhecemos problemas sim, reafirmamos nossa absoluta convicção na orientação técnica do Secretário de Estado das Finanças num momento em que o Paraná, combatido, precisa de recursos para atender sua gente, e a administração sem recursos não existe de forma alguma.

Reafirmamos sim, por outro lado, a nossa convicção de que o idealismo haverá de ser, juntamente com a competência técnica, e estes fatores nós os recomendamos do titular da Secretaria das Finanças do Estado do Paraná, o início de uma arrancada de um Paraná realmente estrangulado pelos mais sérios problemas econômicos.

Senhores Deputados, concluindo, nós ainda externamos o registro da presença do Secretário de Planejamento e do Presidente da Famepar na CPI dos Municípios, e nesta oportunidade, mais do que nunca se reafirmou a proposta de que os Prefeitos do Paraná precisam e devem ter um órgão à sua disposição para que a solução dos problemas urbanísticos para um planejamento global efetivo de seus problemas....

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. TADEU FRANÇA — Eu gostaria de conceder, mas como o tempo está encerrado, fica a critério do próximo orador conceder o aparte, que infelizmente não posso conceder a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado, Deputado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Evidentemente não podemos concordar com as afirmações levantadas aqui pelo nosso preclaro colega Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Coloco toda a questão que ele levantou aqui contra o Sr. Secretário das Finanças, como um caso — no meu entendimento — mais de entendimento pessoal, a pessoas politicamente ligadas ao Nobre Deputado, que se sentiram feridas em seus di-

reitos individuais, do que propriamente que essas colocações, setorizadas de cunho pessoal, possam generalizar a posição do Deputado quanto à filosofia de Governo empreendida no Paraná. Não posso admitir, de jeito nenhum, de que o conceito de Governo participativo seja dado como pretendeu Sua Excelência dizer, que é apenas para o povo pagar impostos. Evidentemente que não, e dou uma demonstração, inclusive na própria pasta do Senhor Secretário Erasmo Garanhão, quando reuniu o empresariado, os executivos do Paraná e os contribuintes, em reuniões do café da manhã, que não custam nada aos cofres do Estado, diga-se de passagem, o que é uma demonstração efetiva da participação da sociedade, porque todas as medidas a serem implantadas e que foram implantadas, pela nova sistemática da fiscalização do Estado do Paraná, aliás, a única do Brasil que vem superando os índices de inflação, são antecipadamente comunicadas e discutidas com os interessados.

Por outro lado, também não posso concordar com o nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, quando diz que o Governo patrocina o desemprego. O desemprego é um câncer que existe em função do sistema e do modelo econômico existente no Brasil. Este é o nó da questão. Não podemos apresentar desemprego quando duas pessoas, com ele traz aqui, são demitidas de um colégio de 130 mil servidores que tem o Estado, e quando este próprio Estado encontra razões de ordem administrativa para demitir tais pessoas sob alegação....

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Concederei o aparte.—... quando o Estado permite por austeridade administrativa, funcionários que estão em disfunção, como é o caso destas duas pessoas. Traremos, brevemente, a resposta oficial da Secretaria das Finanças. E diga-se de passagem, não se cometa injustiças com o Secretário da área. Esta demissão foi setorizada dentro da loteria do Estado do Paraná que apesar de ser um órgão vinculado à Secretaria das Finanças, tem o seu diretor, a autonomia administrativa para gerir os seus funcionários.

Não se cometa a injustiça de pretender agora aqui "pichar" o Secretário Erasmo Garanhão, como se disse aqui, como uma pessoa desumana, sem sentimento, porque acima de tudo há que se ter critérios na administração. E se há critério quanto à demissão de pessoal? Isto existe sim, por parte do Governo do Estado do Paraná. Só não admite isto o PDS, que até hoje tem bombardeado, insistentemente, o caso das demissões.

Quando agora há pouco me antecedeu na tribuna um nobre representante da nossa bancada dizendo, inclusive, e entendendo que as demissões tem sido proferidas em marcha lenta. Se existe a verdade crítica, por parte da nossa bancada, é porque as demissões estão sendo lentas demais. Esta é a verdade.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o problema trazido e que tenho a liberdade de trazer, porque a nossa bancada confere a liberdade ao Sr. Deputado de trazer, no seu entendimento, qualquer assunto. E esta é uma prática nova, dentro do governo democrático que somos.

Os senhores do PDS hão de reconhecer que esta prática é salutar. Mas não podemos endossar quando entendemos que um colega nosso, usando do direito que tem, não lhe assiste razão para trazer este assunto de público. Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo de Alencar Furtado.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Ilustre Deputado Nilso

Sguarezi, apenas para repor algumas colocações que fiz por escrito no meu discurso e que se encontram no bojo

do meu pronunciamento. Primeiro, quem afirmou o problema do governo participativo não fui eu. Apenas redisse o que o Sr. Erasmo Garanhão disse num programa de televisão. Quando lhe perguntaram qual o governo participativo, ele então respondeu dizendo: "do governo participativo o povo já está participando, pagando impostos." Esta foi uma afirmação que ele fez num canal de televisão, para todo mundo ouvir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas Vossa Excelência, há

de convir de que isto não é um pinçar uma expressão destas. Não pode generalizar.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Só para concluir. Só falta agora dizer que governo participativo é o povo passar fome junto. Esta é uma expressão minha. O participativo foi dele. Agora, não afirmei também que o Governo Richa estava promovendo desemprego. Afirmei que Secretários dele estavam promovendo duas injustiças e que os injustiçados eram dois dos nossos do PMDB. E nós, como princípio básico do Partido, asseguramos o direito do trabalho e achamos isto uma questão fundamental para o trabalhador brasileiro. A pessoa com quase cinquenta anos de idade ou 21 anos, à disposição de um mesmo órgão do Estado; 20 anos de efetivo exercício prestado ao Estado, de repente, é tido como incompetente e eu não posso concordar.

Então admito que a arrecadação e a finança tenha critério, mas não pode existir critério, ou não pode existir lei, nobre Deputado e Vossa Excelência como jurista sabe disso; não pode existir lei nem critério, onde não exista caridade, porque aí onde não existiu a caridade, existiu exatamente a desumanidade. É onde eu digo que o Sr. Erasmo Garanhão, é o terrorista do fisco do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas discordo de que a máquina do Estado deve patrocinar caridade.

Acho que no momento em que se mantém um funcionário incompetente e relapso, se está não cometendo caridade, está se cometendo injustiça contra os atos competentes que podem auxiliar o Estado. O Estado não se pode dar ao luxo de fazer caridade com o dinheiro e com o imposto que a comunidade paga. O Estado tem que aplicar corretamente este imposto, pagando bons funcionários aptos, capacitados e competentes para que o Estado possa gerar emprego e pode estimular a sociedade a se conduzir com perfeição.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência faz lembrar uma frase do meu velho tio "que roupa suja se lava em casa". Nós nunca vimos um líder da nossa bancada passar um pito num Deputado, como Vossa Excelência está fazendo com o ilustre Deputado Osvaldo Alencar.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Discordo do pito, estamos apenas dialogando em posições divergentes.

O Sr. Gabriel Manoel — É óbvio que roupa suja se lava em casa, Deputado Osvaldo, não queria interferir, pois eu estou com um aparte concedido pelo seu ilustre líder.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência foi desautorizado. Vossa Excelência está querendo é transmutar a situação, prejudicar a situação do Governo, e...

O Sr. Gabriel Manoel — Se Vossa Excelência dá o aparte eu continuo, se não me dá.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência for breve continue.

O Sr. Gabriel Manoel — Serei breve. Vossa Excelência falou tanto no PDS, Vossa Excelência, com esse seu gênio ditatorial, não admite que ninguém dos seus liderados faça algo diferente do que é de sua vontade. Vossa Excelência, me

perdoe, mas no PDS, em quase vinte anos, dezoito anos estivemos por aqui, nunca recebemos um pito de um líder nosso, pois seria protestos da bancada inteira.

O Deputado Osvaldo Alencar não concorda com o pito mas a imprensa do Paraná, as notas taquigráficas vêem que Vossa Excelência, ao falar que o antigo PDS fazia e desfazia e vêem Vossa Excelência, seguindo os mesmos métodos extrapolando ainda mais ao invés de solicitar ao Deputado Osvaldo Alencar numa reunião de sua bancada, que olhasse melhor para o Sr. Garanhão; O Garanhão de todo Paraná, o Garanhão sobrepotente como é sobrepotente o nosso Delfim Netto. Um erro crasso Deputado, é Vossa Excelência enxergar um erro dos outros e não ver que Vossa Excelência também tem um telhado de vidro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado Gabriel Manoel, não pretendo polemizar, porque vejo que Vossa Excelência está querendo aproveitar-se de uma situação para tentar capitalizar politicamente ao seu Partido.

Vossa Excelência, hoje diz que a imprensa vai divulgar, a semana passada Vossas Excelências disseram que a imprensa estava vendida para Governo do Paraná, que lhe propiciou inclusive uma nota de repúdio e de protesto.

Vossa Excelência falta com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Essa Presidência concede pela ordem e gostaria que o artigo 92...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência veja o artigo Senhor Presidente, porque quando se fala uma mentira deslavada, eu sou obrigado a contestar, com artigo ou sem artigo, eu quero provas, Senhor Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, retomo a palavra.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência vai chamar o seu assessor e me dar o Regimento Interno para assegurar a minha palavra, Sr. Presidente, porque é uma mentira deslavada, que o líder está falando, pois eu nunca falei da imprensa Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência, devolve a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, prometo ao nobre Deputado Osvaldo Alencar, trazer as informações mais detalhadas, inclusive para informar não só à nossa bancada, como à Casa e à opinião pública.

Passo, Sr. Presidente, a um assunto que este é extrapartidário. (Lê):

Venho á tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, para hipotecar a solidariedade da bancada estadual do PMDB ao movimento municipalista que luta por uma emenda constitucional de caráter emergencial, capaz de assegurar condições mínimas de sobrevivência aos municípios brasileiros.

No Paraná, este movimento está sendo coordenado pela Associação dos Municípios, presidida pelo Prefeito de Guarapuava e ex-membro deste Poder, Nivaldo Kruger.

Trata-se de um movimento de caráter solidário, que está acima dos partidos e justamente por isso deve merecer o apoio de todos os partidos existentes em nosso País e de todos os setores esclarecidos e organizados da sociedade brasileira.

Trata-se, Srs. Deputados, de um movimento de caráter pacífico, que incorpora o clamor nacional existente neste País há muitos anos, pela realização de uma reforma tributária

O sistema tributário implantado em 1967, sob o peso do autoritarismo, reduziu a participação dos estados e municípios na renda nacional e aumentou os encargos.

Desde 1975, os setores mais avançados da sociedade, entre eles o nosso Partido, têm defendido a redefinição da competência de cada esfera de poder, como pré-requisito para a realização da reforma.

Só após uma nova distribuição de encargos e responsabilidades, se pode pensar em uma nova distribuição da renda

tributária, de acordo com a opinião abalizada de todos os tributaristas.

Porém, a insensibilidade e a falta de patriotismo que caracteriza os governos autoritários, impossibilitou a concretização da reforma tributária, agravando até o limite do insustentável a situação de falência em que se encontram a maioria dos estados e municípios deste País.

Diante disso, Sr. Presidente, os Prefeitos brasileiros, liderados pelas associações de municípios, se mobilizam em defesa de uma emenda constitucional que há de ser subscrita por representantes de todos os partidos com mandatos nas duas casas do Congresso Nacional.

E nos próximos dias 27 e 28, Sr. Presidente, queremos crer que esse movimento municipalista alcançará o seu momento de maior glória, promovendo uma grande concentração em Brasília, para dialogar com o Presidente da República, senadores, deputados federais, ministros de estado e com os meios de comunicação social sediados na capital da República.

Consideramos importante destacar, Srs. Deputados que no Congresso Nacional, representantes de todos os partidos políticos, já manifestaram o seu apoio incondicional ao movimento municipalista que de forma concreta pretende a aprovação de uma emenda constitucional, em regime de urgência, visando principalmente:

- 1.º — aumentar de 11 para 20 por cento a participação das comunidades no Fundo de Participação dos Municípios.
- 2.º — eliminar um odioso privilégio que beneficia empresas multinacionais, através da tributação do ICM sobre os cigarros;
- 3.º — alterar alguns deferimentos do ICM sobre os produtos exportados, pondo fim à sangria praticada sobre a economia dos estados e municípios, através das isenções concedidas pelo governo federal.

Na Comissão de Finanças do Senado, o relator, Senador Passos Porto, já emitiu parecer favorável a esta emenda constitucional, que permitirá a sobrevivência dos estados e municípios, até que seja possível a aprovação da reforma tributária, capaz de viabilizar e consolidar a democracia no Brasil e de restaurar o espírito federativo que vem sendo violentado por sucessivos governos autoritários.

Todos sabemos, Sr. Presidente, que no Brasil paga proporcionalmente mais impostos quem ganha menos.

Um estudo recente da Universidade de São Paulo demonstrou que quem está na faixa de um salário mínimo, paga 36 por cento de impostos. E quem ganha acima de 100 salários mínimos, paga apenas 14 por cento.

Pior do que isso, Srs. Deputados os rendimentos de trabalho, que representam 52 por cento da renda urbana brasileira, contribuem com 85 por cento da renda bruta tributável.

Enquanto isso, os rendimentos e ganhos de capital, que representam 48 por cento da renda urbana nacional, contribuem com apenas 15 por cento.

Significa que o sistema tributário que aí está, é profundamente injusto, anti-social e antidemocrático, privilegiando os mais abastados e castigando duramente os trabalhadores, a classe média e as populações mais carentes.

Contra esta filosofia de governo, o PMDB tem uma longa tradição de lutas, o que justifica plenamente a solidariedade da nossa bancada ao movimento municipalista.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é concedido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Falará o ilustre Deputado Gabriel Manoel, por cinco minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas pedindo vênica ao Douto Plenário e à Vossa

Excelência, Sr. Presidente, para me rebelar democraticamente, dentro do programa do PDS, que é uma democracia participativa, queria que neste instante, a partir deste instante, Presidente Werner Wanderer, a partir deste instante, Srs. Deputados, todos os Deputados trouxessem o “pai dos burros”, da Assembléia que é o Regimento Interno, para que nós pudessemos, ao solicitar a palavra, pela ordem, dissessemos o artigo, o parágrafo, etc.

Falou muito bem o Deputado Presidente Werner Wanderer ao me chamar a atenção, mas como não é o primeiro erro crasso do Deputado, é o erro crasso de todos os Deputados que pedem a palavra, pela ordem, e têm a satisfação de serem atendidos pela douda Presidência.

Nós hoje fomos colhidos de surpresa. Estudamos muitas vezes o Regimento Interno, mas no momento em que nem o próprio Presidente sabe o artigo e o parágrafo onde se pode pedir a palavra, pela ordem; quando se é atacado injuriosamente, como fui atacado pelo ilustre líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, ao dizer que eu ataquei a Imprensa do Paraná.

Dizia o velho adágio — que a escrita não mente jamais — Eu queria desafiar o líder, meu amigo que admiro, mas que, muitas vezes, na euforia do “louva a Deus”, na euforia da “vaquinha de presépio”, na euforia de ser simpático ao ilustre Secretário Garanhão que se espelha no Delfim Netto, na euforia de defender o indefensável; na euforia de dizer que o Paraná vai bem, que promessas políticas são promessas vãs. O que seria da bancada do PMDB, da bancada do PDS e de todos nós políticos se não fossem os companheiros como o Deputado Osvaldo Alencar, que lutaram por nós, que diuturnamente, na calada da noite ia de casa em casa, de água em água, Sr. Presidente, a solicitar o voto dos homens que confiam em nós, Vossa Excelência Deputado Osvaldo Alencar, fez muito bem e merece a nossa admiração. Não causa espécie dentro da sua bancada, mas o coitado do eleitor que votou em nós, merece pelo menos, o respeito e não os coices dos “garanhões”; e haveremos de ver o “louva a Deus”, haveremos de ver os “vaquinhos de presépio”, homens de ternos de tergal, no senta e levanta sem ser amassado; haveremos de ver o ilustre Deputado, querido líder e meu companheiro, a dizer inverdades, que eu ataquei a imprensa; queria desafiá-lo com meu mandato que está ligeiramente periclitando...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte? O SR. GABRIEL MANOEL — Meu mandato, Sr. Deputado,

único aparte é Vossa Excelência ir à tribuna e pedir um reparo pela vossa injustiça; o meu aparte, Deputado Nilso Sguarezi, é que Vossa Excelência faltou com a verdade; “errar é humano e perdoar é divino”. Vossa Excelência, não tem o meu perdão, mas tem a minha desculpa, porque quem perdoa é Cristo; quem perdoa é Jesus que também foi hostilizado e nós, nos espelhando naquele homem que foi crucificado, como Vossas Excelências, querem crucificar um todo do funcionalismo público do Paraná, defendendo esse ilustre homem que tem o zelo pelo Governador José Richa, como o Delfim Netto tem o zelo com o Presidente João Figueiredo. Vejam o perigo. Vejam para onde eles levaram o PDS; veja para onde o Garanhão está levando o PMDB; veja para onde Sr. Presidente, vão indo os homens que inocentemente confiaram na palavra do seu Governador; confiaram na palavra dos seus representantes deste Poder; sumariamente demitidos. Se não fora assim, 20 anos de trabalho dados a este Estado, e por um simples capricho do moço que pertenceu à ARENA, esta gente é sumariamente demitida.

Muito agradecido pela concessão de mais cinco minutos.

Deputado, eu queria que Vossa Excelência não misturasse alhos com bugalhos; não misturasse Gabriel Sampaio com Gabriel Manoel, porque o ilustre Deputado Gabriel

Sampaio também não ofendeu a imprensa. Vossa Excelência, digo, que eu teria dito o que lhe disse, Vossa Excelência Deputado, querido amigo, na euforia, não digo bajulações porque Vossa Excelência não pertence a essa classe, a de agradar, de ser simpático ao seu chefe Garanhão; vem atacar de público um Deputado que está a trazer as injustiças praticadas por esse ilustre intelectual, tecnocrata que eu comparo ao Delfim Netto. São os dois homens inteligentes: Delfim Netto no Brasil e Garanhão no Paraná. E é por isso que, daqui a três anos, nós vamos dar a resposta ao PMDB, aos homens que talvez nem mereçam. Quando estivermos no governo, haveremos de reparar os erros de Delfim Netto, e Vossas Excelências não de chorar o que choramos hoje, o que estamos chorando, lamentando o erro do "Gordinho"; erro deste homem que é "todo poderoso". Vossas Excelências pensem nessa advertência, talvez, ainda não seja tarde. A injustiça, Deputado Nilso Sguarezi, é uma coisa que Cristo já era contra. Porque vinte anos de trabalho, porque 21 anos de trabalho, e agora o ilustre Secretário Garanhão, que não se elegeu nem Vereador de sua comuna, vem a ser defendido por Vossa Excelência, utilizamos todo o Paraná, se ele quer acertar as finanças paranaenses, ele que o faça de outra maneira.

Ele que faça a pessoa pagar impostos, e ele que veja os cargos, que se Vossa Excelência quiser, eu trarei aqui, os cargos polpudos de 400, 500 e um milhão de cruzeiros para os seus apaniguados.

Eu não vou dar o aparte a Vossa Excelência. Vossa Excelência pediria a palavra pela ordem, para o nosso Presidente, citando o artigo, do Regimento Interno, daí talvez, Vossa Excelência tenha mais sorte do que eu.

Vossa Excelência Deputado Nilso Sguarezi, ao dizer que eu ataquei a Imprensa, pela vênha. Eu só queria que Vossa Excelência tivesse a sensibilidade, Deputado Nilso Sguarezi, de não fazer, primeiramente um discurso paralelo, e após, Deputado Nilso Sguarezi, fosse à tribuna e dissesse a verdade que o Deputado Gabriel Manoel, seu colega e admirador, jamais atacou a Imprensa do Paraná. Porque isto é um princípio meu, toda vida eu respeitei o Deputado Nilso Sguarezi.

A imprensa paranaense, a imprensa brasileira, e a imprensa da ONU, que se lembra daquela artigo de que "todo homem tem direito de defesa". Ninguém pode ser massacrado, execrado, da manifestação pública injustamente.

Muito obrigado, Deputado Nilso Sguarezi, muito obrigado meu companheiro Werner Wanderer, por ter solicitado o artigo.

Eu só queria que ficasse registrado, Sr. Presidente, que doravante, os Deputados que pedirem a palavra pela ordem, citem o artigo, porque senão, um Deputado do interior, há de se rebelar sempre, quantas inverdades. E mais uma vez, eu agradeço a todos. Agradeço a Vossa Excelência, o Sr. Presidente, e peço vênha à minha imprensa, aos homens que eu respeito, que jamais ofendi, como jamais ofendi à ilustre bancada do PMDB, que eu respeito, e tenho admiração por todos sem exceção, e até Vossa Excelência Deputado Nilso Sguarezi, eu respeito.

Mas só "que errar é humano e perdoar é divino".

Como não sou divino, eu digo a Vossa Excelência que peça desculpas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência não me concedeu o aparte, e eu lhe concedi, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Por 20 minutos, esta Presidência concede a palavra ao líder, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o início do Governo do Sr. José Richa, os parla-

mentares do PDS têm diariamente, afirmado desta tribuna, a grande insatisfação popular do povo do Paraná, com relação à atual administração.

Temos sido até acusados por ilustre defensores do governo paranaense, de pressão no julgamento do Governo do Estado.

Entretanto, os jornais insuspeitos, grandes órgãos de veiculação do Brasil, como o "O Estado de São Paulo", a "Folha de São Paulo" e a Revista "Isto é", desta semana, trazem a prova incontestada, de que o povo do Paraná está decepcionado com o governo que prometera na campanha eleitoral, modificar os rumos do nosso desenvolvimento, mas, que na verdade, a par de manter o "status quo" em termos de mordomia, avança apenas na mais hodierna discriminação política que se tem história, que se tem conhecimento na história do Paraná.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede um aparte nobre Deputado? O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo.

O Sr. Paulo Furiatti — Nobre Deputado, eu solicito de Vossa Excelência, a caracterização desta odienta perseguição política. Porque a generalização é arma daqueles que não possuem esta dos bactríveis, para sustentar a argumentação.

Não será apenas com pesquisas que Vossa Excelência irá sustentar a afirmação de que está ocorrendo uma odienta perseguição política.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O nobre Deputado

Paulo Cesar Furiatti demonstra a sua curta memória, porque já tive oportunidade de mostrar neste Plenário, as exonerações promovidas por diversos órgãos públicos, apenas em razão de discriminação política. Foram centenas de funcionários exonerados, especialmente na Secretaria da Saúde Pública, e Vossa Excelência e teve oportunidade de verificar a argumentação brilhante do Secretário Oscar Alves.

Mas, não vou citar a Vossa Excelência, um caso, que eu creio que é de odienta perseguição política, já que ele não quer que eu generalize, e Vossa Excelência é um dos maiores generalizadores que eu conheço na Assembléia Legislativa do Paraná: foi uma exoneração, Sr. Presidente e Srs. Deputados, feita de uma atendente Sanitária no Município de Coronel Vivida. Filha de um médico ilustre, aposentado em Coronel Vivida, o Dr. Bressani; uma moça que para ser nomeada, fez curso, fez teste, e estava no exercício das funções de atendente sanitária há três anos. Com o seu salário, pagava o curso superior da Faculdade de Palmas; exonerada, foi levar ao seu pai o aviso prévio e quando seu pai recebeu a notícia de que sua filha estava sendo exonerada por perseguição política, teve uma síncope cardíaca e veio a falecer.

Esta aí uma prova da odienta perseguição política que se instalou no Paraná. E esta perseguição política, a par do imobilismo, gera a frustração popular. Não sou eu que digo, Sr. Presidente, é o jornal "O Estado de São Paulo", verdadeiro baluarte da democracia neste País, que afirma com relação ao Governo do Estado do Paraná: "O Governador do Paraná, José Richa, também termina seu 1.º semestre de administração, sem ter cumprido uma só de suas promessas eleitorais, e com grave crise política no PMDB, em decorrência da demissão do ex-Deputado Léo de Almeida Neves, da Presidência do Banco do Estado, sem consultas ao Partido. O PMDB patrulha de perto os seus atos e exige dele uma posição mais firme na discussão dos grandes temas nacionais". Mas, igualmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a revista "Isto É", desta semana, ao analisar o comportamento administrativo e político de todos os governadores de Estado, afirma que o Governador José Richa frustra a aspiração popular. Dá nota a cada um dos governadores e, sintomaticamente, analisa primeiro Santa Catarina, que teve problemas com as enchentes, muito maiores inclusive do que as do nosso Estado, e logo em seguida, o Governador José Richa. Dá para o governador do Paraná a nota cinco e para o governador Experiência Amin, que tem sido correto na defesa dos interesses do seu

Curitiba, segunda, 19/09/83

Estado, a insuspeita revista "Isto É", dá nota dez.

Igualmente, a "Folha de São Paulo", faz uma pesquisa de opinião pública em quatro capitais, de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, para dizer que o Governador que mais decaiu na preferência popular, foi exatamente o Governador José Richa. No editorial da "Folha de São Paulo" de domingo, fica claro que o povo já sabe, perfeitamente, o que os governos dos Estados estão fazendo, se na pesquisa que o insuspeito jornal "A Folha de São Paulo" publicou em maio, nós verificávamos ainda a indecisão popular, nesta última pesquisa, seis meses após a posse dos governadores, verificasse que não há mais um grande número de indecisos com relação a opinião que possuam a respeito dos governadores do Estado.

No Paraná, enquanto diminuí o número de indecisos, aumenta, exatamente, o número dos descontentes com a administração pública estadual.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, realmente PDS e PMDB nesta Casa têm concordado em muitos pontos. Sou obrigado a concordar com Vossa Excelência, quando Vossa Excelência analisando o governo de José Richa — do PMDB — diz que nós estamos mantendo mordomias. Esta é uma das causas, provavelmente, do descontentamento popular com nosso governo.

Nós, por ter o nosso Governador um grande coração e se impressionar com problemas sociais, estamos mantendo, ainda, pendurados na estrutura do Estado, milhares de funcionários que custam para o Paraná mais de um milhão de cruzeiros por mês, e eram esses os antigos beneficiários da mordomia do PDS que continuam gozando o "dulce farniente". Se o Richa demitisse mil desses funcionários de milhão de cruzeiros, teríamos uma economia de doze bilhões de cruzeiros por ano, os quais poderiam ser lançados em projetos de desenvolvimento de pequenas empresas, que utilizassem intensa mão-de-obra.

Realmente o povo está nos cobrando a indecisão, a falta de firmeza na realização do novo Paraná. A falta de firmeza na limpeza da estrutura do Estado, de todos os aproveitadores. Está nos cobrando mais: cobra-nos a indecisão quanto à política nacional; a indecisão diante do Governo Federal, a indecisão em relação àquelas promessas de campanha que condicionavam a nossa proposta ao Governo do Estado do Paraná, a situação de plataforma de baldeação para atingir ao poder nacional, democratizar o País e mudar o regime.

Mas, aos poucos, vamos consolidando dentro do Partido a idéia de que não estamos aqui para administrar a crise e manter os desacertos do Governo Federal sob controle. O Partido inteiro, não só no nosso Estado, como em todos os outros Estados brasileiros, está tomando consciência de que, realmente, o Governo do Estado é uma plataforma para democratizar o poder nacional e mudar o regime.

A própria discussão do plano de Governo já avançou um passo nesse sentido, por iniciativa da Bancada do PMDB, nesta Assembléia. Chegaremos onde Vossa Excelência deseja; voltaremos a ser aquele Partido de Oposição e da confiança de um povo que não quer só mudar, no Paraná, mas que quer mudar a correlação de forças, para tornar este um País democrático, nacionalista e popular.

Muito obrigado, Sr. Deputado, como vê Vossa Excelência, estamos concordando em muitas coisas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu concordo com algumas das suas colocações feitas especialmente com relações à mordomia governamental, que Sua Excelência afirma existir, no Paraná; não posso concordar, quando Sua Excelência afirma que a demissão de mil funcionários que ganham um

milhão de cruzeiros — na generalização do Deputado Paulo Furiatti — possa resolver o problema do desemprego no Paraná. A promessa peemedebista foi muito mais aguda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, era solucionar, por exemplo, o problema dos quatrocentos mil "bóias-frias", no Paraná. Talvez, na sua colocação esteja a forma de resolver o problema do "bóia-fria", ao invés de demitir mais ainda, Deputado Roberto Requião. É fácil, termine com a mordomia, termine com campanhas de publicidade que estão custando fortunas para os cofres públicos num momento de grave crise e quase de comoção social, como diz Vossa Excelência, não precisa exonerar mais, não, extinga a mordomia. Se Vossa Excelência achar que a mordomia não basta, peça a Sua Excelência o Sr. Governador, José Richa, que ao invés de mandar para esta Casa um arremedo de 13º salário, pare de dar uma gratificação a mais para os funcionários mais bem remunerados do nosso Estado, que são os "DAS", os cargos de assessoramento superior que Vossa Excelências sabe que o Governo José Richa, por decreto, sem consulta ao Poder Legislativo, aumentou o salário dos meias-dúzias de funcionários, estes sim, mordômicos, estes sim, colocados no Governo do Estado, sem concurso público, mas apenas os companheiros políticos de Sua Excelência o Governador José Richa. Não é preciso continuar a exonerar funcionários que já dedicaram dez, quinze, vinte anos, não é preciso agredir a política de Recursos Humanos do Estado do Paraná uma das mais exemplares da Nação brasileira, é apenas, Sr. Deputado, o Governo José Richa demonstrar correspondência entre o discurso e a ação, porque como diz bem, o editorial do jornal "O Estado de São Paulo", "de nada basta os Governadores não assumirem as suas responsabilidades. O povo está cansado de ouvir a desculpa esfarrapada dos Governos de Estado, de que é apenas culpa do Governo Federal".

O que o povo deseja, especialmente as classes mais sofridas, aqueles que o Governo José Richa prometeu até evitar que pagassem prestação do BNH, aqueles que o Governador José Richa prometeu conseguir emprego, estes, estão cobrando uma ação mais realista do Governo do Estado, realmente demonstrando que a ação corresponde ao discurso pré-eleitoral e lamentavelmente no Paraná nós, e Vossa Excelência concorda comigo neste ponto, verificamos que não há preocupação de corrigir os desvios da administração pública estadual. Ao contrário, está se aperfeiçoando a mordomia no Estado do Paraná, quando denuncio desta Assembléia, desta tribuna, a residência oficial do Sr. Governador José Richa, e isto causa tanto incômodo aos ouvidos dos governistas, eu desejo relembrar que no Paraná, nem no Paraná de Haroldo Leon Peres, nem no Paraná de Moysés Lupion, no Paraná de Bento Munhoz da Rocha no Paraná de Paulo Pimentel, no Paraná de Ney Braga, nunca houve residência oficial.

Sempre os Governadores respondiam por suas despesas de ordem pessoal com dinheiro do seu salário. Aqui, com o Governo do PMDB se instalou definitivamente a mordomia no Estado do Paraná. Não foi para isso, com segurança, que os eleitores preferiram optar pela proposta peemedebista. E agora, passados seis meses vêm os insuspeitos jornais, os grandes co-partícipes da democracia brasileira, "Estado de São Paulo", "Folha de São Paulo", e a revista "Isto É", comprovar exatamente aquilo que a Bancada do PDS tem dito na Assembléia Legislativa:

"Governador José Richa, o povo do Paraná não quer mais saber do discurso cansado, roto, vazio; quer que Sua Excelência passe do discurso para a ação".

O Paraná não pode, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ficar sendo administrado apenas por aqueles que fazem da política-gem, da perseguição, da instalação oficial da mordomia, a grande desculpa dos seus erros administrativos permanentes.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre líder.

Caro Deputado, Vossa Excelência esclareceu bem o que é mordomia. Mordomia não é manutenção de humildes funcionários. A mordomia existente já foi falada nesta Casa. As demissões, não são a título de economia, porque sempre quando se demite um, põe-se outro. É a discriminação odienta e política, e aqui está, meu caro líder da nossa Bancada, quatro comunicações bem curtas — “Vimos pelo presente comunicar a Vossa Senhoria que a partir de 22 de agosto fica rescindido o seu contrato, pela Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, através da Portaria n.º 1389, expedida por esta Fundação.”

Assim, são várias delas, meu caro líder. Mas, esta semana ainda, tomei conhecimento da esposa de um ex-Prefeito que lutou, criou o Centro Social Urbano, dirigiu creche e que ao terminar o mandato do seu marido transferiu-se para Curitiba e pediu também transferência do seu cargo na Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Esta semana foi cassada, aqui em Curitiba. Procurei esta senhora que tanto serviço prestou no Município de Jardim Alegre e foi demitida também. E a razão alegada é que foi demitida para se colocar outra no seu lugar, lá no Município de Jardim Alegre.

Se isto não é discriminação! São humildes funcionários que ganham abaixo de Cr\$ 100.000,00. Não vejo, então, o que é discriminação.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência concede um minuto, já que o tempo se esgotou.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Apenas, Sr. Presidente, para registrar nos Anais da Assembléia alguns parágrafos da conclusão da reportagem da “Folha de São Paulo”: diz o jornal: “Os que acham que o seu Governo é pior do que o esperado, mais do que duplicaram, isto é, passaram de 13,9% em maio, para 30,4%.”

Este é um dado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que demonstra evidentemente o sentimento de frustração do povo do Paraná para com o Governo que ainda discute, um ano depois da sua eleição, o seu plano de ação, mas lamentavelmente nada faz em favor do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a “Associação de Estudos da Educação Infantil - ASSEEDI”, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 103/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais - SOS”, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/83, de autoria do

Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI”, com sede em Cândido Rondon. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/83, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação dos Moradores de São Braz - AMSB”, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE”, com sede no referido município. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83, (Mensagem n.º 73/83, ex-Proposição n.º 74/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado em 13/05/82, entre o Governo do Estado do Paraná e a URBS, com intervenção do Município de Curitiba, e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 75/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5944, de 21/05/69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CRH, com EMENDA da CRH, por unanimidade, e da CSP, FAVORÁVEL ao Projeto e CONTRÁRIO à EMENDA da CRH, por maioria. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Ao mencionado projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarez e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por uma sessão, do Projeto de Lei n.º 97/83, constante da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.**

Fica adiada por uma sessão o Projeto de Lei n.º 97/83.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/83, (Mensagem n.º 68/83, ex-Proposição n.º 71/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Convênio celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/83, (Mensagem n.º 71/83, ex-Proposição n.º 72/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio de Cooperação e Compromisso celebrado em 31/12/81, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Município de Andirá, objetivando construção do Terminal Rodoviário naquela cidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/83, (Mensagem n.º 63/83, ex-Proposição n.º 67/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983 — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, reque-

Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Saraiva dos Santos, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano, no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Frans Pavau Júnior, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Bage, ocorrido no dia 08 de setembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estevam Benedetti, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano, no Município de Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Cividini, ocorrido no dia 17 de setembro do corrente ano, no Município de Marumbi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a reativação da chamada operação "DER nas Praias". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Presidente da República, visando a legalização do "Jogo do Bicho" do País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a estadualização do jogo do bicho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a agilização nas obras da Rodovia PR-281, no trecho compreendido entre os Municípios de Antônio Olinto e Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Campo Mourão, com voto de solidariedade aos mesmos, dado os últimos acontecimentos ocorridos pelo vendaval e precipitação de granizo que atingiu toda a região. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Direção da Rede Globo de Televisão, pela campanha "Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Direção da Rede Globo de Televisão, pela campanha "Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, pela campanha "Nordestinos, o Brasil em Busca de Soluções". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvé-

rio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Diretor-Presidente das Organizações Globo, pelo "Prêmio Emmy", de diretor de empresa que receberá do Conselho Internacional da Academia de Artes e Ciências de Televisão dos Estados Unidos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudo no sentido de se realizar o atendimento das reivindicações para a Delegacia de Polícia do Município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo estudos, visando equacionar problema de endividamento dos Municípios Paranaenses para com o Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, bem como junto à Secretaria de Arrecadação e Fiscalização daquele mesmo Ministério. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a doação de um Gabinete Dentário para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Peabiru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos estudantes da UPES, pela realização do XXVII Congresso, ocorrido nos dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, no Município de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do BNH, visando medidas quanto a liberação de construção das casas populares do Município de Astorga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de ser reajustado os vencimentos dos Representantes Rurais do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado à COHAPAR, visando medidas quanto a liberação das casas populares do Município de Astorga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Bagio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, visando a isenção do ICM sobre o gado comercializado nas Exposições Feiras e que permanece em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, visando urgente revogação DE FATO do Decreto n.º 781, de 12.05.83, que proíbe a contratação de servidores em todos os setores da Administração Pública Estadual. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada EUREKA A RICHIA, publicada no "Jornal Indústria e Comércio", de 16.09.83. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regi-

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência que leia o teor do requerido que foi solicitado a transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência solicita à Primeira Secretária que faça a leitura.

A 1.ª SECRETÁRIA (Faz a leitura)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Eu gostaria que fosse lida a matéria toda, quer dizer aqui é só.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu dispense a leitura da matéria porque já pude ler pelo jornal a matéria do ilustre jornalista Luiz Geraldo Massa, a respeito do comportamento do Governo José Richa, e desejo ainda agora, Sr. Presidente, em razão de não estar presente amanhã na sessão, registrar o voto favorável da Bancada do PDS ao requerido pelo Deputado Vice-Presidente desta Casa, Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com discussão adiada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, visando que se instaure um IPE - Inquérito Policial Militar, para apurar as agressões a que foi vítima o menor Carlos Roberto da Silva, por quatro policiais militares lotados no Módulo de Vila Guafra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, visando nova política de definição empregatícia do magistério efetivo da Rede Estadual de Ensino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, visando a instalação de uma Delegacia de Polícia no Município de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, junto à CEXPAR. Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito a Vossa Excelência que determine a leitura do inteiro teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência defere e solicita à Primeira Secretária que faça a leitura.

A SR. PRIMEIRA SECRETÁRIA — (Lê)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Tércio Albuquerque)

O SR. PRESIDENTE — O referido requerimento está com a discussão adiada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio, bem como à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, visando revogação do Decreto-Lei n.º 210/67. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de "quorum", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Presidência defere e solicita à Primeira Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Não, eu solicitei a verificação de "quorum" e não chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Esta Mesa defere e irá pôr em votação o requerimento.

Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Treze Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita, não há

"quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 74, 75, e 76/83.

Levanta-se a Sessão.